

**Projeto**

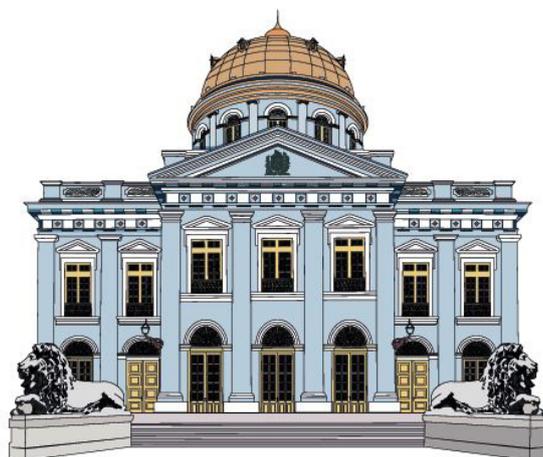
# **Fala Pernambuco!**

**PROJETO DE ESCUTAS REGIONAIS  
PARA FORMAÇÃO DE AGENDA LEGISLATIVA  
COM FOCO NO APOIO AOS PEQUENOS  
NEGÓCIOS NA RETOMADA DA ECONOMIA**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES - 2021**



# Projeto Fala Pernambuco 2021



# ALEPE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO

*A Casa de Todos os Pernambucanos*

# Agradecimentos

Como é do feitio das grandes realizações, nada seria possível sem um contingente de pessoas alavancando o projeto. Fica, então, nosso agradecimento pelas inúmeras contribuições que o **Fala Pernambuco** recebeu ao longo desses meses em que passou de ideia a relatório final, e agora segue em direção aos resultados práticos na retomada do crescimento econômico de nosso estado.

Mas o reconhecimento é, também, uma questão de justiça quando destacamos aqueles sem os quais as ideias permaneceriam no campo abstrato.

Assim, em nome da Assembleia Legislativa de Pernambuco, agradeço ao Sebrae/PE, que abraçou a proposta desde o início, dedicando à causa entusiasmo, determinação e sua enorme experiência no segmento;

À Consultoria Legislativa da Alepe, que não mede esforços para concretizar as iniciativas que fazem a instituição refletir os anseios da população;

À Superintendência Parlamentar da Alepe, pelo incansável apoio às ações que tornam mais eficaz o trabalho das deputadas e deputados desta Casa.

A todos, nosso muito obrigado!

**Deputado Eriberto Medeiros**  
**Presidente da Alepe**

# Apresentação

Quando o Fala Pernambuco recebeu esse nome, já imaginávamos que estava plenamente de acordo com a finalidade do projeto, que é ter a oportunidade de escutar quem tanto contribui para a geração de emprego e renda em nosso estado: os micro e pequenos empreendedores.

Mas é sempre muito positivo quando o resultado vai além do que foi pensado, e reverbera de tal modo que alcança outros patamares. Não apenas a voz dessa imensa força produtiva foi ouvida, como também constatamos que há uma confluência de objetivos em comum, sendo o mais urgente deles sobreviver à crise econômica intensificada pela pandemia de Covid-19. E essa escuta ativa possibilitou que segmentos que aparentemente não têm muito em comum se unissem, fazendo ressoar as demandas e sugestões.

União é mesmo a palavra que, desde o começo, define o Fala Pernambuco. Já tendo em mente a difícil situação para quem ousa empreender num cenário econômico hostil como o que se apresenta, marcamos uma visita institucional ao Sebrae. A entidade, que dispensa apresentações em relação a seu fundamental papel no apoio e fomento às micro e pequenas empresas, acolheu de imediato a ideia, articulando o contato entre técnicos, gestores e empreendedores de maneira a garantir a capilaridade que o projeto necessitava para chegar a todo o estado.

Ramos expressivos da nossa economia listaram as principais demandas de cada âmbito, demonstrando quão diversificada é a gama de atividades que movem os setores produtivos do estado, entre eles: Agronegócios e Logística; Alimentos e Bebidas; Beleza; Comércio e Serviços; Construção Civil; Economia Criativa; Educação; Indústria; Inovação; Saúde; Turismo, apenas para citar alguns. A Assembleia tem condições de atuar em várias ações sugeridas, a exemplo da simplificação e pertinência da legislação. Em outras, como a desburocratização para a emissão de licenças, nosso intuito é servir de ponte até os órgãos responsáveis.

Esse alcance amplo está na essência da atuação da Assembleia Legislativa, A Casa de Todos os Pernambucanos. Sem distinção de região, até porque cada uma delas está presente na variada composição do Parlamento estadual, o Legislativo busca se aproximar da população e corresponder à sua confiança.

Para vencer as distâncias e alcançar a desejada recuperação econômica do estado, o Fala Pernambuco faz ecoar as vozes dos micro e pequenos empreendedores na procura por soluções que envolvem o poder público, a iniciativa privada e a sociedade em geral. Amplificando essas demandas, a Assembleia Legislativa de Pernambuco se propõe a ser um canal para que a mensagem chegue onde deve ser ouvida e resolvida.

**Deputado Eriberto Medeiros**  
**Presidente da Alepe**

# Sumário

INTRODUÇÃO	9
REGIÃO DO SERTÃO DO ARARIPE	12
AGRONEGÓCIO E LOGÍSTICA	12
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	13
TURISMO E CULTURA	13
EDUCAÇÃO	14
COMÉRCIO E SERVIÇOS	15
SAÚDE	16
INDÚSTRIA	18
REGIÃO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	21
AGRONEGÓCIO	21
TURISMO	22
COMÉRCIO E SERVIÇOS	23
INDÚSTRIA	24
REGIÃO DOS SERTÕES DO MOXOTÓ-PAJEÚ-CENTRAL-ITAPARICA	26
AGRONEGÓCIO	26
TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA	29
COMÉRCIO E SERVIÇOS	31
INDÚSTRIA	32
REGIÃO DO AGRESTE CENTRAL	36
INDÚSTRIA	36

COMÉRCIO E SERVIÇOS	37
AGROPECUÁRIA	39
TURISMO E CULTURA	41
REGIÃO DO AGRESTE SETENTRIONAL	44
COMÉRCIO E SERVIÇOS	44
AGROPECUÁRIA	45
TURISMO E CULTURA	46
INDÚSTRIA	48
REGIÃO DO AGRESTE MERIDIONAL	51
AGROINDÚSTRIA	51
COMÉRCIO E SERVIÇOS	53
TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA	54
REGIÃO DA MATA SUL	56
AGROPECUÁRIA	56
COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS	57
TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA	59
REGIÃO DA MATA NORTE	64
TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA	64
AGROPECUÁRIA	65
COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS	67
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	71
INOVAÇÃO	71
ALIMENTOS E BEBIDAS	73

AUTOMOTIVO E LOGÍSTICA	73
CONSTRUÇÃO CIVIL	75
TURISMO	77
SAÚDE	79
ECONOMIA CRIATIVA	80
BELEZA	82
LIDERANÇAS EMPRESARIAIS	84
ANEXO I	89

# INTRODUÇÃO

O Projeto Fala Pernambuco é uma parceria entre a Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Pernambuco (Sebrae/PE), com o objetivo de coletar as principais demandas do setor produtivo do estado, em especial as micro e pequenas empresas, de modo a viabilizar a adoção de políticas públicas e medidas legais necessárias para a retomada do crescimento econômico e para a geração de empregos.

A metodologia do projeto incluiu a realização de escutas prévias junto aos segmentos econômicos de cada Região de Desenvolvimento do estado, nas quais foram sistematizadas as demandas das entidades empresariais e organizações do terceiro setor, abrangendo áreas como indústria, comércio, cultura, turismo, agronegócio, meio ambiente, saúde e construção civil.

Após a realização das escutas prévias, processo em que foi essencial a atuação do Sebrae/PE, foram definidas as prioridades de cada segmento. Na visão dos próprios participantes do Fala Pernambuco, o atendimento dessas prioridades constitui fator primordial para que a economia do estado possa se recuperar dos impactos negativos da pandemia da Covid-19 e retomar uma trajetória de desenvolvimento rápido e sustentável. Todas estão listadas no presente documento.

O processo de escuta e de definição de demandas culminou com a realização de nove reuniões, realizadas virtualmente em razão das restrições sociais vigentes em decorrência da atual emergência em saúde pública. Representantes do Sebrae/PE, de entidades de classe, dos gestores municipais e dos segmentos econômicos de cada Região de Desenvolvimento puderam expor essas prioridades e apontar a importância delas para o desenvolvimento local.

A primeira de tais reuniões ocorreu no dia 16 de junho de 2021, com a apresentação das demandas prioritárias do setor produtivo da região do Sertão do Araripe. Nas outras sete reuniões semanais, foram ouvidos os representantes das regiões do Sertão do São Francisco, dos Sertões do Pajeú, do Moxotó, do Itaparica e Central, do Agreste Central, do Agreste Setentrional, do Agreste Meridional, da Mata Sul e da Mata Norte. Por fim, no dia 15 de setembro, ocorreu a escuta dos representantes dos agentes econômicos da Região Metropolitana do Recife, encerrando-se assim o primeiro ciclo do Fala Pernambuco.

Nessas nove reuniões, destacou-se a diversidade de demandas, sendo recorrentes as solicitações de concessão e renovação de incentivos fiscais, desburocratização de processos administrativos, ampliação dos programas de qualificação profissional, requalificação da malha viária estadual e de outros bens públicos, apoio à agricultura familiar e ao setor primário em geral, fomento à atividade turística, dentre muitas outras. Além das demandas direcionadas ao governo estadual,

houve também diversas solicitações relacionadas às atribuições dos municípios, da União e de entidades privadas prestadoras de serviços de interesse público.

O perfil das reivindicações variou de acordo com cada região. Em todas as regiões do Sertão, por exemplo, foi solicitada a possibilidade de equivalência entre os selos municipais e o selo estadual de inspeção animal, de modo a diminuir as barreiras que os produtores rurais e pecuaristas enfrentam para comercializar produtos de origem animal em todo o território do estado.

Já no Agreste, destacaram-se os pedidos de maior oferta de qualificação a trabalhadores e a micro e pequenos empreendedores e de apoio para a exploração do potencial turístico da região, demandas semelhantes às das regiões da Zona da Mata. Na Região Metropolitana do Recife, por sua vez, houve ênfase na necessidade de apoio estatal para projetos de inovação, economia criativa e para a indústria da saúde.

Por outro lado, houve demandas presentes em todas as regiões do estado, a exemplo da concessão de benefícios fiscais, da simplificação da legislação tributária e da ampliação da oferta de crédito público e privado. Nas regiões de desenvolvimento do interior, foram frequentes as solicitações de requalificação de rodovias estaduais e federais e de estradas vicinais, bem como de ampliação ou reativação dos aeroportos regionais.

A diversidade de demandas apresentadas reflete a complexidade da estrutura econômica de Pernambuco, bem como os inúmeros desafios, novos e antigos, que devem ser enfrentados pelo poder público, pelo setor privado e pela sociedade civil para que nosso estado possa exercer o papel de liderança que lhe cabe, em especial no Nordeste, sendo protagonista do processo de retomada do crescimento econômico após o severo golpe desferido pela pandemia da Covid-19.

Neste cenário, a Casa de Todos os Pernambucanos exerce o papel que cabe ao Poder Legislativo, servindo de câmara de eco aos anseios da população e atuando ativamente para que os desafios enfrentados pelos agentes produtivos sejam levados ao conhecimento dos atores públicos e privados responsáveis, de forma a viabilizar soluções colaborativas para problemas que afetam toda a sociedade.

O presente relatório visa a documentar as diversas demandas prioritárias apresentadas nas nove reuniões do primeiro ciclo do Projeto Fala Pernambuco. Cada seção abordará as demandas de uma das regiões de desenvolvimento do estado (com exceção da seção relativa às regiões do Sertão do Moxotó, do Sertão do Itaparica, do Sertão do Pajeú e do Sertão Central), refletindo a dinâmica das reuniões do projeto. Cada seção, por sua vez, está dividida em subseções, de modo a oferecer uma abordagem didática para as solicitações de cada setor.

Como os pequenos negócios representam 54% dos empregos com carteira assinada no Brasil, de acordo com levantamento do Sebrae, constata-se a necessidade de garantir um olhar especial para tais empreendimentos. Sendo assim, em anexo ao relatório das atividades do Fala Pernambuco, em que se apresentam as demandas do setor produtivo como um todo, é enviada a consolidação das solicitações relacionadas especificamente às micro e pequenas empresas e aos microempreendedores individuais (MEIs).

A seguir, são apresentadas solicitações direcionadas ao Poder Executivo estadual, aos demais Poderes, aos municípios e à União, bem como a empresas privadas que prestam serviços de interesse público. Constata-se, então, que é amplo o leque de atores que podem contribuir para destravar diversos gargalos da economia estadual e fomentar a geração de empregos e renda para nossa população.

Espera-se, assim, que o Projeto Fala Pernambuco e o presente documento possam contribuir para o início de um ciclo virtuoso de crescimento em nosso estado, no qual os setores público e privado, bem como a sociedade civil, atuem em sinergia em prol de um objetivo único: a promoção da dignidade e do bem-estar do povo pernambucano.

# REGIÃO DO SERTÃO DO ARARIPE

## AGRONEGÓCIO E LOGÍSTICA

1. Implantar o Selo de Indicação Geográfica (SIG).

1.1. Articular a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) nos dez municípios.

1.2. Implantar o Selo de Indicação Geográfica (SIG) para cinco produtos.

2. Fortalecer a agricultura familiar com o associativismo/cooperativismo e adoção de modernas técnicas de produção.

2.1. Articular a capacitação de 150 associações rurais da região.

2.2. Articular a implantação de modernas técnicas de produção.

3. Implantar ação transversal de educação e instrução para incentivar o empreendedorismo e a valorização dos produtos locais.

3.1. Articular a realização de parceria com o Sistema S e secretarias municipais e estadual de educação, nos dez municípios, para implantação de educação transversal.

3.2. Articular a implantação de centros de comercialização e promoção.

3.3. Articular a comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

4. Articular a instalação/complementação de estrutura multimodal de transportes, com foco nas estradas de integração e aeroporto regional.

4.1. Aprovar/acompanhar a elaboração de projetos básicos e técnicos das estradas de integração e Aeroporto de Araripina.

5. Articular a reativação de indústrias de óleo/biodiesel/ração e entreposto de grãos e expansão da avicultura e ovinocaprinocultura.

5.1. Aprovar/acompanhar projetos para reativação de indústrias de óleo/biodiesel/ração e entreposto de grãos para a Região do Araripe;

5.2. Criar mecanismo de incentivo à expansão dos setores de avicultura e ovinocaprinocultura no Araripe.

## MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

1. Otimizar a aplicabilidade das políticas públicas para o desenvolvimento ambiental.
  - 1.1. Relacionar e divulgar as leis que regulam a questão ambiental de resíduos sólidos.
2. Promover o manejo sustentável do bioma Caatinga.
  - 2.1. Criar mecanismos para a elaboração de plano de manejo estruturado de áreas potencialmente florestadas e delegar responsáveis orientados para a sua execução.
3. Articular a implantação do projeto original do Canal do Sertão até dezembro de 2025.
4. Fortalecer a educação ambiental na Região do Araripe Pernambucano.
  - 4.1. Criar o Plano de Educação Ambiental Regional.
5. Criar o Parque Temático do Bioma Caatinga.
  - 5.1. Apropriar-se de área destinada à Unidade de Conservação Ambiental.

## TURISMO E CULTURA

1. Criar os conselhos municipais e regional de turismo dos dez municípios da Região do Araripe.
  - 1.1. Implantar os conselhos municipais de turismo dos dez municípios da região e registrá-los na Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur).
2. Inventariar as potencialidades turísticas da região.
  - 2.1. Solicitar aos órgãos responsáveis nos municípios um inventário do turismo local.
3. Criar a identidade turística da Região do Araripe pernambucano
  - 3.1. Propor aos municípios da região a inserção da disciplina Educação Patrimonial (cultura local) na grade curricular.
4. Articular a rede produtiva do setor turístico para o desenvolvimento regional.
  - 4.1. Sensibilizar os atores da rede produtiva para o desenvolvimento regional.

5. Divulgar e incentivar as potencialidades turísticas do Araripe Pernambucano.

5.1. Mobilizar os órgãos responsáveis pela sinalização turística e apresentar os produtos por meio de plataforma digital.

## EDUCAÇÃO

1. Acompanhamento psicológico para os profissionais de educação e alunos.

1.1. Disponibilizar serviço de apoio e acompanhamento socioemocional e psicológico a educadores e alunos.

2. Capacitação e fornecimento de equipamentos aos professores para a nova realidade de aulas online.

2.1. Capacitação para o domínio de ferramentas tecnológicas melhorando o repasse dos conteúdos no ensino remoto com o uso de ferramentas como: Google Forms, lousas digitais, dentre outros recursos.

2.2. Fornecimento de equipamentos para os educadores das redes do estado e município, com capacitação para utilização dos recursos tecnológicos.

3. Acesso a equipamentos e rede de internet de qualidade para educação online.

3.1. Fornecimento de equipamentos e acesso à internet nas zonas urbanas e rurais dos dez municípios do Araripe.

4. Políticas públicas para egressos, principalmente alunos com deficiência.

4.1. Políticas públicas voltadas aos alunos com deficiência para inclusão no mercado de trabalho.

5. Universidade pública no Araripe e ensino técnico.

5.1. Ampliação da oferta de cursos universitários e técnicos públicos para alunos de baixa renda da Região do Araripe.

# COMÉRCIO E SERVIÇOS

## 1. Recapeamento das estradas que ligam as diversas cidades do Araripe.

1.1. A falta de conservação das estradas é um fator complicador para a logística do transporte de mercadorias e também para a movimentação de consumidores entre as cidades da região. A situação precária das estradas impede ainda o desenvolvimento de roteiros turísticos integrados entre as cidades, que permitiria aquecer a economia do Araripe. Além disso, muitos acidentes são ocasionados pela falta de conservação das vias, aumentando também o registro de óbitos nas estradas.

Vias e intervenções necessárias na região:

- Recuperação asfáltica da PE-576, ligando o município de Ipubi a Trindade;
- Rodovia do Gesso, no entroncamento da BR-316;
- Recuperação asfáltica da PE-545, ligando Ouricuri à divisa do Estado com o Ceará, passando por Bodocó e Exu;
- Recapeamento asfáltico da PE-585, em Araripina, passando pelos municípios de Ipubi, Bodocó e Exu até o entroncamento da PE-545;
- Pavimentação asfáltica da PE-630, partindo do entroncamento da BR-316, em Trindade, passando por Santa Filomena e Afrânio até Dormentes;
- Pavimentação asfáltica da PE-615, de Araripina até o entroncamento da PE-630;
- Recuperação asfáltica da PE-507, partindo de Exu, passando por Moreilândia, até o entroncamento da BR-316, em Serrita.

## 2. Ativação do Aeroporto de Araripina.

2.1. A conclusão das obras de abertura do aeroporto de Araripina são fundamentais para integrar o Sertão do Araripe a outras regiões do Estado de Pernambuco, ampliando assim a oportunidade de desenvolvimento de negócios e do turismo na região, e, conseqüentemente, gerando o aquecimento de toda a cadeia econômica impulsionada por um maior fluxo de pessoas.

3.1.1. Criação de fórum de debates de Turismo e Eventos com a participação efetiva de todos os municípios da Região do Araripe;

### 3. Desenvolvimento do turismo na região.

3.1. Ações voltadas ao desenvolvimento da atividade turística a serem promovidas pela Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur) para organização e integração da região, por meio de:

3.1.1. Criação de fórum de debates de Turismo e Eventos com a participação efetiva de todos os municípios da Região do Araripe;

3.1.2. Incentivo ao desenvolvimento de roteiros integrados que aproveitem o potencial turístico da região, por meio da elaboração de rotas de Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Negócios e Turismo Religioso.

### 4. Melhoria dos processos produtivos na agricultura.

4.1. Fomento de políticas públicas voltadas para a melhoria dos processos produtivos da região, com ações direcionadas aos pequenos agricultores, a fim de viabilizar a certificação de produtos e processos de produção, a exemplo da concessão de auxílio aos pequenos produtores de farinha de mandioca da região.

4.2. Apoio ao homem do campo, fundamental para a movimentação do comércio das cidades da região, uma vez que muitos municípios ainda são dependentes da movimentação financeira proporcionada pela atividade agropecuária da Região do Araripe.

### 5. Melhoria do abastecimento de água da região.

5.1. A melhoria do abastecimento de água é fator fundamental para o desenvolvimento de várias atividades produtivas.

5.2. A maior disponibilidade de água é também importante para a atração de novos empreendimentos na região, aumentando assim a circulação de pessoas e conseqüentemente um maior consumo de bens e serviços.

## SAÚDE

### 1. Suporte orçamentário para a prestação de serviços médico-hospitalares.

1.1. Implantar estrutura especializada em cuidados cardiovasculares.

1.2. Implantar estrutura especializada no atendimento materno-infantil, com serviços de média e alta complexidade, que promoverão a redução do atendimento na rede hospitalar de Petrolina e do IMIP, garantindo maior capacidade de atendimento dos pacientes na Região de Saúde do Araripe.

1.3. Celebrar convênios para cirurgias ortopédicas, geral e vascular (eletivas).

1.4. Promover melhorias na infraestrutura física das unidades de saúde por meio da aquisição de equipamentos modernos, além de garantir maior oferta de profissionais de saúde habilitados para o atendimento de alta complexidade, urgência e traumas na região.

1.5. Viabilizar os atendimentos médicos e odontológicos in loco nas regiões distantes dos grandes centros.

1.6. Ampliar a oferta de especialidades médicas no atendimento ambulatorial da região, sobretudo os serviços de:

1.6.1. Hemodinâmica.

1.6.2. Neurocirurgia.

1.6.3. Endoscopia de urgência.

2. Articular o reajuste na tabela SUS mediante a variação de preços dos produtos e insumos, considerando a demanda reprimida por aumento da massa salarial.

2.1. Articular junto às bancadas federais o reajuste da Tabela SUS, que apresenta valores defasados desde o ano de 1997, o que inviabiliza o atendimento das unidades que ainda atendem pelo SUS.

3. Melhoria da malha viária da Região do Araripe.

3.1. Melhoria a fim de garantir maior conforto e segurança no transporte dos pacientes entre as cidades da região, principalmente nos trechos da Serra do Inácio e da Serra do IPA.

4. Requalificação da estrutura do Hemope, em Araripina.

4.1. Viabilizar a estrutura necessária para transformar o espaço em um ponto de coleta, uma vez que atualmente o Hemope funciona apenas como setor de armazenamento e distribuição. Também é necessária a reposição e aquisição de equipamentos para o atendimento da região.

## 5. Iniciar as atividades do IML de Ouricuri.

5.1. A estrutura física do IML de Ouricuri está pronta, mas não funciona devido à falta de recursos humanos para iniciar as operações.

5.2. Dar início às atividades do Serviço de Verificação de Óbito (SVO), uma vez que a unidade mais próxima fica localizado na cidade de Caruaru, o que acarreta dispêndio no traslado para a emissão do atestado de óbito, além de maior transtorno e sofrimento para os familiares.

# INDÚSTRIA

## 1. Infraestrutura

1.1. Articular a instalação, recuperação e implantação de estrutura de transportes com foco nas rodovias estaduais PE-615, PE-630 e PE-585.

1.2. Estimular a implantação do Aeroporto Regional do Araripe.

1.3. Articular a requalificação da malha ferroviária do estado, em especial com a finalização da Transnordestina.

## 2. Tributos

2.1. Estimular a redução/revisão de alíquota do ICMS e demais tarifas cobradas pelo Governo de Pernambuco. Tal medida evitaria a atual evasão de escritórios e filiais para outros estados, em um flagrante prejuízo à economia local.

## 3. Segurança

3.1. Estimular os municípios, em parceria com a Secretaria Estadual de Defesa Social (SDS), a elaborarem uma estratégia mais eficiente e enérgica para coibir a insegurança pública comum em todo o estado, com constante aumento nas áreas periféricas da Região do Araripe.

3.2. Promover parcerias com os municípios para a instalação de sistema de monitoramento de câmeras de segurança nas principais vias das cidades da Região do Araripe, a fim de coibir a violência e levar os equipamentos para localidades onde há concentração de parques industriais.

#### 4. Remodelação de Gestão Pública

4.1. Implantação, na máquina administrativa, de modelos gerenciais sintonizados com a nova realidade da economia estadual, estudando a possibilidade de implantação de parcerias público-privadas (PPPs), incluindo as áreas administrativas.

4.2. Sugerir a instalação de um canal de Ouvidoria, ligado ao gabinete do presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), com a atribuição de registrar as demandas da população local e encaminhá-las para os órgãos estaduais competentes.

#### 5. Planejamento Urbano/Habitação

5.1. Estimular parcerias com a iniciativa privada, visando identificar zonas de expansão habitacional, dotando essas áreas de infraestrutura urbana, controle do ambiente e inserção nas principais vias e rodovias, levando em conta o Estatuto das Cidades.

5.2. Uniformizar os procedimentos administrativos estaduais e eleger prioridades na análise de projetos urbanísticos, com critérios nítidos e agilizados.

5.3. Incentivar a restauração de espaços urbanos degradados aos interessados em investir, cabendo ao Poder Público impor instrumentos normativos de cunho específico, inclusive com a implantação eventual da agricultura familiar, especificamente no segmento hortifrutigranjeiro.

5.4. Implantar ou ampliar na região do Araripe uma política ancorada nos programas de habitação popular federal, capaz de assegurar opções de moradias para a população de baixa renda, preferencialmente permutando as antigas habitações por unidades construídas.

5.5. Utilizar, preferencialmente, produtos produzidos em Pernambuco, notadamente do polo gesseiro do Araripe, nos projetos de habitação popular e outros de caráter socioeconômico.

## PARTICIPANTES

- AD Líder do Sertão do Araripe (Programa de Lideranças - Sebrae)
- Associação de Vereadores do Araripe
- Associação dos Contadores do Araripe
- CDL ARARIPINA
- CDL EXU
- CDL IPUBI
- CDL OURICURI
- CISAPE (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERTÃO DO ARARIPE PERNAMBUCANO)
- COMITÊS GESTORES MUNICIPAIS (Projeto Território Inovador - Sebrae)
- FAEPE
- GIPWAY
- KLABIN
- OCB
- SENAR
- Sindicatos de Trabalhadores Rurais
- SINDUSGESSO
- UNIVERSIDADES (UNIVASF, UPE, UFPE, PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REGIÃO)

# REGIÃO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

## AGRONEGÓCIO

### 1. Apoio à exportação da produção do Sertão do São Francisco:

1.1. Articular com a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper) e o Ministério da Economia o suporte aos produtores no processo de exportação dos produtos da região, abrangendo as orientações em relação à documentação e a viabilização da estrutura necessária para atender as exigências de exportação.

### 2. Legislação e articulação para fomento da produção e comercialização dos produtos:

2.1. Criação de lei para equivalência do Selo de Inspeção Municipal (SIM), permitindo que uma vez adquirido, seja possibilitada a comercialização, por cooperativa, de produtos de equivalência animal dentro do Estado de Pernambuco.

2.2. Articulação junto à Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária (Adagro) para que o Selo de Inspeção Estadual (SIE) abranja produtos vegetais, em decorrência da dificuldade de registro desses produtos no Ministério da Agricultura, devido à burocratização.

2.3. Criação da lei de abate de caprinos e ovinos de Pernambuco com o objetivo de acabar com os abates clandestinos e assegurar o controle de qualidade do produto. Esta demanda já está em estudo na Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos de Pernambuco. Tal lei também deve contemplar o abate de aves.

2.4. Articulação para que o papel da Adagro passe a ser de um órgão orientador e não só fiscalizador, incluindo o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) neste processo, com trabalho integrado dos dois órgãos.

### 3. Construção de abatedouros municipais na região.

3.1. Garantir recursos para a construção de abatedouros municipais com condições de atender as demandas da região.

### 4. Adequação do Seguro Safra.

4.1. Articular junto ao Governo Federal a revisão e ampliação das políticas no semiárido, incluindo a reserva de forragem e a sua inserção no referido Seguro.

## 5. Conectividade e incorporação de novas tecnologia para a área produtiva.

5.1. Garantir investimento em conectividade, para que o acesso à internet possa ser de qualidade para todos na região, principalmente para a população do campo, e incorporar novas tecnologias para a área produtiva.

# TURISMO

## 1. Assegurar investimentos para a infraestrutura turística dos municípios da região:

1.1. Implantação de um atracadouro em Orocó, interligando as cidades de Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, favorecendo o desenvolvimento de roteiros turísticos para a região.

1.2. Recuperação da estrada da Uva e do Vinho (PE-574) e estradas vicinais dos municípios da região.

1.3. Implantação de sinalização turística para todos os municípios do Vale do São Francisco.

1.4. Adequação da Enoteca para servir como Centro de Atendimento ao Turista (CAT).

## 2. Investimento para educação empreendedora na área de turismo.

2.1. Formação de guias de turismo e condutores locais na região, gerando oportunidade de ocupação e renda para a população e melhorando a acolhida aos turistas que visitam a região.

2.2. Trabalho de base para a construção de educação empreendedora com foco no turismo.

2.3. Sensibilização do trade turístico para o trabalho coletivo.

## 3. Segurança nas estradas.

3.1. Garantir investimentos na oferta de uma maior segurança nas estradas que ligam os municípios do Vale do São Francisco, a fim de reduzir os índices de assaltos.

## 4. Acesso à internet nas áreas urbanas e rurais dos municípios.

4.1. Investimento em tecnologia para expansão do acesso à internet nas áreas urbanas e rurais dos municípios.

## 5. Valorização dos turismólogos.

5.1. Valorização de turismólogos ocupando cargos por meio de concursos públicos realizados nos municípios e órgãos de turismo do Estado.

# COMÉRCIO E SERVIÇOS

## 1. Segurança para os centros comerciais das cidades do Sertão do São Francisco.

1.1. Alocação de recursos para a implantação de sistema de videomonitoramento das principais ruas comerciais das cidades da região, oferecendo melhores recursos para a repressão e investigação de crimes pelas forças policiais.

## 2. Transformação digital.

2.1. Investimentos na preparação das empresas para transformação digital, sanando a dificuldade de venda e compra online.

## 3. Criação de HUB como espaço colaborativo para as empresas da região.

3.1. Incentivos fiscais às empresas da região para a criação de HUB como espaço colaborativo que possa trabalhar ações diretamente voltadas às necessidades das próprias empresas da região.

## 4. Recursos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (FEM)

4.1. Disponibilização dos recursos do FEM para gerar oportunidades de negócios nos municípios por meio de uma maior circulação de renda.

## 5. Incentivar a criação de projetos que busquem identificar as oportunidades do mercado regional, contribuindo para o surgimento de novos negócios e com foco no desenvolvimento dos jovens da região para o despertar do empreendedorismo:

5.1. Aproveitar as atividades produtivas já existentes, agregando valor com o beneficiamento da produção do agronegócio, a fim de favorecer oportunidades de geração de novos negócios e renda para a população.

5.2. Incentivar o acesso à informação estimulando o empreendedorismo e facilitando o financiamento para os jovens empreendedores.

5.3. Garantir investimentos para a inovação tecnológica nas escolas da região, facilitando o acesso à internet por meio da distribuição de equipamentos que permitam aos jovens maior interação com os meios digitais e conexão com qualidade para áreas urbanas e rurais de todos os municípios.

## INDÚSTRIA

1. Formação de comitê com participação dos empreendedores da indústria e representantes do Estado para buscar soluções direcionadas ao Distrito Industrial de Petrolina e assim instituir pacto entre Estado, Alepe, municípios e entidades representativas dos empresários/produtores da região.

1.1. Regularização fundiária da área do distrito industrial de Petrolina.

1.2. Melhoria dos serviços de coleta de lixo (inexistente), saneamento básico e fornecimento de água (deficientes) para o distrito industrial.

1.3. Estudo para avaliar a viabilidade de recuperação do distrito industrial no local onde ele se encontra hoje.

1.4. Mapeamento dos distritos industriais pelo Estado para detectar as áreas de crescimento e gargalos de desenvolvimento para o setor industrial do Sertão do São Francisco.

1.5. Criação de um “Expresso Empresário”, que ampare o empresário em todos os trâmites legais para a implantação de empresas na região.

2. Criação de programas específicos de fomento às pequenas indústrias da região do Sertão do São Francisco.

2.1. Articular junto à AD Diper, Adagro, Mapa, instituições financeiras e demais instituições a criação de programas específicos de fomento (apoio técnico, incentivos fiscais, capacitação, implementação dos produtos nos mercados para o consumo) às pequenas indústrias, principalmente as agroindústrias da região do Sertão do São Francisco.

3. Marco regulatório.

3.1. Criação de marco regulatório do Estado que autorize as prefeituras ou consórcios a estabelecerem os critérios de sistema de inspeção com sua validação.

#### 4. Incentivos fiscais para a região.

4.1. Incentivos fiscais para o crescimento da agroindústria do Sertão do São Francisco.

#### 5. Recuperação de estradas da região do Sertão do São Francisco

5.1. Estrada de Belém a Ibó – Via Agrodam (Estrada da Manga).

5.2. Estrada da Uva e do Vinho (PE-574) e estradas vicinais dos municípios da região.

#### 6. Abertura de canal de comunicação com a região do Sertão do São Francisco

6.1. Criação de um comitê na Alepe com canal direto com o Sertão do São Francisco para acompanhar a implantação de ações, trabalhando uma agenda de desenvolvimento com as diversas instituições da região, prefeituras e sociedade civil organizada, dando voz à região para contribuições no momento da discussão das leis orçamentárias.

## PARTICIPANTES

- AD Líder do Sertão do São Francisco (Programa de Lideranças - Sebrae)
- BANCO DO NORDESTE
- CDL DA REGIÃO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
- COMITÊ GESTOR TERRITORIAL DA OVINOCAPRINOCULTURA
- FAEPE
- FIEPE
- IPA
- SENAR
- Sindicatos de Trabalhadores Rurais
- UNIVERSIDADES (UNIVASF, UPE, UFPE)

# REGIÃO DOS SERTÕES DO MOXOTÓ-PAJEÚ-CENTRAL-ITAPARICA

## AGRONEGÓCIO

### 1. Legislação e tributação

1.1. Garantir a continuidade da legislação de incentivo à produção de tilápia *in natura* para a venda do pescado fora do estado, que representa 70% de toda a produção dos piscicultores da região.

1.2. Redução na base de PIS e Cofins dos insumos (especialmente da ração) para as cadeias produtivas da piscicultura e ovinocaprinocultura, que impacta diretamente a redução do valor final do produto, possibilitando o aumento do consumo dessas proteínas pela população pernambucana. Sugestão de articulação entre a Alepe e a bancada federal, por meio da criação de grupo de trabalho.

1.3. Criação de lei para equivalência do Selo de Inspeção Municipal (SIM), permitindo que uma vez adquirido, seja possibilitada a comercialização, por cooperativa, de produtos de equivalência animal (aves, caprinos, ovinos, gado de leite e suínos) dentro do Estado de Pernambuco.

1.4. Articular junto à Adagro uma maior abrangência do Selo de Inspeção Estadual (SIE) para que sejam incluídos produtos vegetais como, por exemplo, água de coco, cachaça artesanal, polpas de frutas, sucos, doces e bolos. O registro desses produtos encontra dificuldade no Ministério da Agricultura devido à burocratização.

1.5. Criação da lei de abate de caprinos e ovinos de Pernambuco para acabar com os abates clandestinos e garantir maior controle na qualidade do produto. Esta demanda já está em estudo na Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos de Pernambuco. Tal lei também deve servir como base para a criação da lei de abate de aves.

1.6. Articular para que atuação da Adagro passe a ser a de um órgão orientador e não só fiscalizador, juntamente com o IPA, garantindo ainda recursos para que os dois órgãos trabalhem de forma integrada.

## 2. Infraestrutura

2.1. Apoiar a implantação de unidade de beneficiamento de tilápia, em conformidade com as questões sanitárias, para estimular o consumo dessa proteína em Pernambuco, atendendo as necessidades impostas pelos hábitos de consumo do mercado interno do Estado.

2.2. Garantir recursos para a construção de abatedouros mistos municipais com condições de atender as demandas da região, buscando também as parcerias público-privadas.

2.3. Articular a conclusão do asfaltamento da estrada que liga Petrolândia a Ibimirim. Essa obra é de suma importância para o território de Itaparica, diminuindo a distância entre esta região e a capital do estado (aproximadamente 70 quilômetros), reduzindo assim os custos de transporte de mercadorias entre os sertões e viabilizando o turismo na região.

2.4. Garantir recursos para o asfaltamento de estrada vicinal que liga Belém a Ibó – Via AGRODAM (Estrada da Manga), no município de Belém do São Francisco, a fim de atrair investidores para a produção de milho e demais produtos de outras cadeias produtivas.

2.5. Garantir recursos para a construção de lâminas d'água, como barragens e poços na região.

## 3. Adequação do Seguro Safra

3.1. Articular junto ao Governo Federal a revisão e ampliação das políticas de produção no semiárido, incluindo a reserva de forragem e sua inserção no Seguro Safra.

## 4. Conectividade e incorporação de novas tecnologias para a área produtiva.

4.1. Garantir investimento em conectividade para que o acesso à internet possa ser de qualidade para todos na região, principalmente para a população do campo, incorporando a tecnologia para a área produtiva.

## 5. Fomento das cadeias produtivas

5.1. Incentivar a produção do milho na região do Rio São Francisco e aumentar o subsídio de comercialização do produto do milho para a ração animal, por meio do Estado.

5.2. Articular junto ao Governo Federal a tarifação do milho pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e requerer o incentivo do Governo do Estado na redução do ICMS do milho.

5.3. Articular com a Conab a ampliação da quantidade de depósitos de armazenagem de produtos agrícolas ou a celebração de convênios com as prefeituras da região para a criação de depósitos municipais ou regionais.

5.4. Oferecer incentivos fiscais para todas as cadeias produtivas, estimulando a instalação de fábricas de produção de ração e outros empreendimentos que possam contribuir com as cadeias produtivas da região.

5.5. Articular a realização de mapeamento de equipamentos do Estado que estejam sucatados ou desativados para a reativação e uso no incentivo às cadeias produtivas, a fim de ampliar as transferências de embriões de todas as espécies animais de caprinos, ovinos e bovinos. No município de Arcoverde, a estrutura existente necessita de reparos e da aquisição de equipamentos para retomar o funcionamento.

5.6. Garantir investimentos em tecnologia e assistência técnica para as diversas cadeias produtivas, garantindo a manutenção e melhor qualidade de vida do homem do campo.

5.7. Destinar linhas de crédito acessíveis aos pequenos produtores e criadores, em geral, e da Agricultura Familiar, fomentando a produção de alimentos e a geração de emprego e renda da população.

5.8. Garantir recursos para investimentos na qualidade do mel produzido na região, com instalação/apoio de laboratório de análise que auxilie no controle e na melhoria da qualidade do mel, oportunizando a certificação e georreferenciamento dos produtos. Esse pleito é estendido a todas as outras cadeias produtivas do agronegócio da região.

5.9. Garantir recursos para assistência técnica da cadeia produtiva do mel para que o apicultor possa ampliar seu mercado, atendendo à legislação específica da produção, além de ampliar o conhecimento das leis específicas desse setor.

5.10. Articular com o governo estadual a isenção das taxas de outorga d'água cobradas pela Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apac) na perfuração de poços d'água para a produção da agricultura familiar.

5.11. Incentivar o resgate da identidade geográfica da carne de caprinos do município de Floresta.

# TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA

## 1. Infraestrutura

1.1. Garantir recursos para o recapeamento, construção de acostamento, implantação de sinalização vertical e horizontal, bem como capinação da estrada de acesso à cidade de Triunfo, da PE-365, que liga Triunfo à Serra Talhada, e da PE-320, que liga Triunfo a Flores. Essa última, por sua vez, tem ocorrências de desmoronamento de barreiras e de pedras das encostas, além da ausência de mureta de proteção lateral em áreas com precipícios. Os acessos de qualidade à cidade são fundamentais para o desenvolvimento do turismo no interior do Estado.

1.2. Articular o recapeamento da estrada BR-210, divisa com o Estado da Bahia.

1.3. Garantir recursos para a implantação de sinalização turística nos municípios dos Ser-tões de Moxotó, Central, Pajeú e Itaparica.

1.4. Garantir recursos para a manutenção de estradas vicinais da zona rural de Triunfo, que dão acesso a importantes atrativos turísticos. Esta ação deve ser extensiva a todo território, contemplando as estradas que dão acesso às comunidades que desenvolvem o turismo e áreas com atrativos naturais. Contemplar, ainda, a manutenção de estradas vicinais para as comunidades indígenas e estrada da Volta do Moxotó, situada em local com grande potencial de desenvolvimento turístico para o município de Jatobá.

1.5. Articular soluções para a melhoria do abastecimento de água no município de Triunfo, atualmente atendida pela Barragem do Brejinho, que não suporta a demanda da cidade em épocas de estiagem.

1.6. Garantir recursos para o saneamento básico no município de Triunfo. A estrutura atual de atendimento desses serviços é deficitária, ocasionando sérios problemas ambientais como o vazamento de esgotos domésticos em riachos que passam por empreendimentos e atrativos turísticos naturais do município.

1.7. Articular e garantir investimentos para a ampliação do Aeroporto de Serra Talhada, com a inclusão de novas rotas.

## 2. Fomento ao turismo e cultura

2.1. Articular ação de estímulo aos empreendedores para a promoção de eventos e apresentações culturais na Lagoa do Triunfo, como atração turística.

2.2. Garantir recursos para projetos de capacitação de mão de obra do setor do turismo (restaurantes, hotéis, bares, receptivos turísticos, dentre outros), buscando contemplar a inserção de jovens e oportunizar o primeiro emprego e o empreendedorismo.

2.3. Articular junto à Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur) uma ampla divulgação dos diversos polos turísticos do território.

2.4. Articular junto aos órgãos de turismo e cultura do Estado a difusão cultural através de intercâmbios de grupos culturais em eventos promovidos por estes.

2.5. Garantir recursos para a manutenção e divulgação do patrimônio cultural material e imaterial dos municípios da região.

2.6. Articular junto ao Estado e municípios a realização de diagnóstico para o fomento do turismo rural nas comunidades rurais de Afogados da Ingazeira, Santa Cruz da Baixa Verde, Flores, Serra Talhada e Triunfo, a fim de difundir as atividades das comunidades tradicionais, tendo como exemplo as comunidades quilombolas de Mirandiba e a de Conceição das Crioulas, em Salgueiro.

2.7. Articular e garantir recursos para programas de incentivo à divulgação da diversidade do artesanato da região, por meio de materiais digitais disponibilizados nas redes sociais do Estado e dos municípios; da difusão do ambiente virtual para a comercialização dos produtos e do apoio ao fortalecimento de entidades representativas do setor, capacitando-as para impulsionar a venda das peças artesanais.

### 3. Apoio aos empreendedores do Turismo

3.1. Descentralização da informação da Secretaria de Turismo com maior apoio aos municípios e empreendedores da região.

### 4. Segurança Pública

4.1. Garantir recursos para a melhoria na segurança pública em todo o território.

### 5. Meio ambiente

5.1. Cobrar dos órgãos de defesa do meio ambiente ações que coíbam o lançamento de produtos químicos, provenientes das lavagens de tanques da Compesa, no leito do Riacho do Brejinho, que abastece a Cachoeira do Pinga, importante atrativo turístico do município de Triunfo, e as comunidades do Sítio Carro Quebrado, Canaã e demais. O descarte irregular dos produtos químicos impossibilita o uso da água para os animais, para a utilização das águas das cacimbas e para o banho dos turistas.

5.2. Incentivar projetos voltados à redução da proliferação de baronias nos leitos dos rios, proveniente da poluição das águas na região de Jatobá e Petrolândia.

## COMÉRCIO E SERVIÇOS

### 1. Legislação e Tributação do Estado

1.1. Reduzir impostos de fronteira que prejudicam a compra e venda de produtos de outros estados, elevando o valor final de venda de nossos empreendedores que não conseguem competir com o valor final praticado pelos empreendedores dos outros estados.

1.2. Articular com estados vizinhos o ajuste da cobrança de impostos de trânsito de mercadorias das empresas para que as secretarias das receitas estaduais tenham o mesmo entendimento dos tribunais com referência a uma nova incidência tributária sobre a mercadoria em trânsito, evitando os processos de judicialização para garantir o não pagamento de uma nova tributação.

1.3. Ampliar o parcelamento das dívidas dos empresários com o Estado, hoje restrito a três parcelas. A ampliação é especialmente necessária no atual momento de pandemia, quando os empresários não estão conseguindo honrar com os compromissos, carecendo de uma maior flexibilização nas negociações de suas dívidas por meio de parcelamentos especiais, a exemplo do REFIS, com redução de multas e juros não só para débitos em dívida ativa, mas para todos os débitos da empresa, em forma de compensação tributária para os empresários que enfrentam dificuldades em decorrência da pandemia do coronavírus.

1.4. Promover medidas para reduzir as barreiras encontradas pelos empresários pernambucanos na comercialização de produtos em outros estados, levando em consideração que empresários de outros estados têm maior facilidade (não há barreiras) na entrada dos produtos em Pernambuco. Tais medidas permitirão aumentar a competitividade do empresário pernambucano.

### 2. Infraestrutura

2.1. Manutenção das estradas da região que necessitam de recapeamento do asfalto, construção de acostamento e capinagem em toda a sua extensão.

2.2. Conclusão da extensão do Aeroporto Regional de Serra Talhada para pouso e decolagem de aeronaves de maior porte.

2.3. Garantir investimentos para melhor estruturação das feiras de gado que movimentam o comércio das cidades da região.

2.4. Garantir recursos para o asfaltamento da estrada vicinal que liga Tabira ao Distrito de Borborema. Esse trecho de 14 quilômetros liga a sede do município à região com potencial turístico, que tem como atrativos cachoeiras e eventos importantes para movimentar o comércio local.

2.5. Garantir investimento para o asfaltamento do Cinturão Verde de Petrolândia, trecho de 52 quilômetros considerado o motor da economia da região, que cruza diversas fazendas produtoras de frutas e tilápias, e faz ligação com importantes pontos turísticos do município.

2.6. Articular junto aos governos municipal e estadual a conclusão do condomínio industrial ou distrito industrial de Serra Talhada, que servirá para a instalação de novos empreendimentos fundamentais para o desenvolvimento econômico da região.

### 3. Segurança Pública

3.1. Articular o aumento do efetivo da Polícia Militar na região, principalmente em municípios de menor porte.

### 4. Transposição das Águas do Rio São Francisco

4.1. Articular o abastecimento de água dos municípios que são cortados pela Adutora do São Francisco para que estes também possam usufruir desse bem tão necessário para o desenvolvimento e atração de novos empreendimentos para a região.

### 5. Fomento aos setores produtivos

5.1. Incentivar o agronegócio, respeitando as vocações de cada região, e viabilizando a implantação de programas que possam auxiliar os produtores da região a beneficiar produtos para a agregação de valor da produção do homem do campo.

## INDÚSTRIA

### 1. Infraestrutura

1.1. Recuperação das estradas e a manutenção das estradas vicinais que ligam as indústrias da região.

1.2. Garantir investimentos para a ampliação do aeroporto de Serra Talhada para que este possa receber aeronaves de maior porte.

1.3. Articular a implantação de distritos industriais nos municípios de acordo com o levantamento já feito anteriormente pela AD Diper, que necessita apenas de atualização e priorização de ações.

1.4. Articular solução para impasse entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Serra Talhada para a implantação de distrito industrial (Estado) ou condomínio industrial (município) na cidade.

## 2. Tributação

2.1. Redução/isenção de alíquota do ICMS e demais tarifas cobradas pelo Estado de Pernambuco como forma de evitar a fuga de investimentos para outros estados.

## 3. Segurança Pública

3.1. Articular parceria entre os municípios e a Secretaria Estadual de Defesa Social para implementação de políticas mais eficientes para coibir a insegurança pública e a violência, atendendo as regiões dos Sertões do Moxotó, Itaparica, Pajeú e Central, especialmente no aumento de ocorrências percebidas nas áreas periféricas da Região do Araripe.

## 4. Fomento

4.1. Cobrar maior presença da AD Diper e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico na região para auxiliar os empresários a encontrarem alternativas de enfrentamento à crise agravada pela pandemia do Covid-19.

4.2. Garantir subsídios/recursos para a capacitação de mão de obra para a indústria com programas montados para o atendimento das necessidades apontadas pelo setor.

4.3. Articular a desburocratização e o acesso à informação referentes às linhas de crédito para o atendimento dos empresários da região, aumentando assim os investimentos no setor industrial de Pernambuco.

4.4. Articular a desburocratização para dar maior agilidade de acesso aos serviços da Junta Comercial de Pernambuco (Jucepe), minimizando as dificuldades encontradas nos processos de abertura, alteração e baixa das empresas.

4.5. Apoiar a criação de agências de meio ambiente, por meio de consórcios, diminuindo a dificuldade de acesso aos órgãos e otimizando o licenciamento ambiental, bem como articular junto ao Corpo de Bombeiros celeridade nos procedimentos necessários para a

instalação de indústrias na região.

4.6. Amparar políticas públicas de Estado voltadas para a formulação de programas de capacitação de mão de obra que atendam às necessidades do setor da indústria da região.

4.7. Articular a implantação de unidades da Central de Oportunidade de Pernambuco (Cope) em toda a região dos sertões do Moxotó, Itaparica, Pajeú e Central, reunindo num só lugar os serviços da Agência do Trabalho, do Expresso Empreendedor, da Jucepe e da Agência de Empreendedorismo (AGE).

## 5. Melhoria dos serviços de interesse público

5.1. Articular junto à Compesa a melhoria da qualidade na prestação de serviços de fornecimento de água nos sertões Moxotó, Itaparica, Pajeú e Central.

5.2. Articular junto à Celpe a melhoria da qualidade e celeridade dos serviços, principalmente aqueles referentes ao fornecimento e adaptações da rede elétrica para que as indústrias da região possam aumentar a sua capacidade produtiva. Hoje a assistência oferecida é burocrática e lenta, chegando a demorar até seis meses para o atendimento das necessidades urgentes.

5.3. Articular junto ao Tribunal de Justiça uma melhor prestação de serviços dos cartórios. Os serviços prestados atualmente são ineficientes e demorados, gerando insatisfação de empresários e da população, que necessita desses serviços.

5.4. Cobrar a reestruturação do Detran para melhorar a oferta e a desburocratização dos serviços oferecidos à população.

## PARTICIPANTES

- BANCO DO NORDESTE
- CDL DO TERRITÓRIO DOS SERTÕES MOXOTÓ / PAJEÚ / CENTRAL / ITAPARICA
- FAEPE
- FIEPE
- IPA
- ROTA DO CORDEIRO
- SENAR
- Sindicatos de Trabalhadores Rurais

# REGIÃO DO AGRESTE CENTRAL

## INDÚSTRIA

### 1. Melhoria dos serviços de interesse público

1.1. Articular o aumento do prazo dos atestados de regularidade do Corpo de Bombeiros para três anos. Cobrar agilidade na prestação dos serviços de vistoria e isentar lojas individuais que fazem parte de centros de compras da obrigatoriedade de atestado de regularidade.

1.2. Articular junto à Celpe a melhoria da qualidade dos serviços, sobretudo os relativos ao atendimento para o funcionamento e adaptações da rede elétrica a fim de viabilizar o aumento da capacidade produtiva das indústrias da região.

1.3. Cobrar da Compesa a responsabilidade de implantação da estrutura de tubulação de esgotos.

1.4. Desburocratizar o processo do Certificado Digital, aumentando o prazo de validade para no mínimo três anos, no modelo A1.

### 2. Fomento

2.1. Garantir investimentos para a criação de software (Sistema ERP – Planejamento de Recursos da Empresa), disponibilizando programas de gestão às pequenas indústrias de confecção.

2.2. Apoiar empresas que se adequem aos programas de certificação para confecção.

2.3. Garantir recursos para programas de promoção que possam impulsionar o Polo de Confecções no Brasil, trabalhando a imagem de Pernambuco como destino de compras.

2.4. Buscar alternativas para reduzir a informalidade dos pequenos produtores da confecção para que estes tenham acesso aos benefícios decorrentes da formalização.

2.5. Garantir investimentos para reativação e estruturação dos CVTs que hoje se encontram desativados e/ou subutilizados.

### 3. Investimentos públicos

3.1. Garantir investimentos para alavancar outros modelos de comercialização do setor de confecção. O modelo atual é extremamente dependente da comercialização presencial.

3.2. Garantir investimentos para aprimorar a infraestrutura das feiras de confecção por meio da melhoria da sinalização, da pavimentação de estradas, da conclusão de obras de duplicação, da melhoria de vias de acesso, da acessibilidade, do reforço da iluminação pública, da implantação de equipamentos urbanos e da maior segurança nas estradas de acesso ao Polo de Confecções do Agreste.

3.3. Garantir investimentos para a implementação de programas de capacitação de acordo com as necessidades das empresas.

#### 4. Infraestrutura

4.1. Garantir recursos para o recapeamento das estradas que interligam o Polo de Confecções do Agreste.

#### 5. Legislação

5.1. Ampliar o limite de parcelamento das dívidas tributárias das empresas, que hoje se limita a três parcelas. Atualmente é necessária uma maior flexibilização nas negociações das dívidas, concedendo parcelamentos especiais, a exemplo do REFIS, com redução de multas e juros não apenas para débitos em dívida ativa, mas para todos os débitos da empresa, como forma de compensação tributária para os empresários que enfrentam dificuldades decorrentes da pandemia do Covid-19.

## COMÉRCIO E SERVIÇOS

#### 1. Legislação e Tributação do Estado

1.1. Articular a redução dos tributos referentes à importação de produtos. O aumento na cobrança de impostos de fronteira tem dificultado a entrada de produtos no Estado. Dessa forma, a pauta fiscal torna incompatível o valor do produto no mercado.

1.2. Intervir na otimização de novos investimentos, levando em consideração que a alta carga tributária tem deixado o Estado em posição desfavorável, afastando as possibilidades de atração de novos investidores.

1.3. Intervir na melhoria do relacionamento entre a Secretaria Estadual da Fazenda e o empresário pernambucano, evitando a cobrança indevida de ICMS e a apreensão de mercadorias em postos fiscais.

1.4. Buscar junto ao Poder Judiciário soluções para o fechamento das comarcas das cidades do interior. O fechamento tem sobrecarregado os serviços das cidades maiores e dificultado o acesso dos cidadãos aos serviços judiciais.

## 2. Infraestrutura

2.1. Garantir investimentos para a recuperação de estradas e do Aeroporto Oscar Laranjeira, em Caruaru.

2.2. Garantir recursos para a melhoria dos programas de distribuição e armazenamento de água para as comunidades rurais e urbanas do Agreste.

## 3. Fomento

3.1. Articular a implantação de programas de qualificação de mão de obra para os setores de confecção e gastronomia, buscando aumentar a oportunidade de acesso ao primeiro emprego para os jovens da região.

3.2. Estimular programas de incentivo ao empreendedorismo.

3.3. Buscar incentivos para o desenvolvimento do turismo da região, garantindo recursos para a melhoria da infraestrutura de acesso às comunidades rurais com potencial turístico e para ações que estimulem o empreendedorismo e a economia criativa (especialmente a comunidade da Vila de Vitorino - Riacho das Almas).

3.4. Articular a implantação de agências bancárias em cidades de menor porte. A ausência desses estabelecimentos financeiros gera a fuga de recursos dos municípios e grande prejuízo ao comércio, criando uma cultura de consumo da população local em municípios maiores da região.

3.5. Articular ações que possam desenvolver a cadeia gastronômica, aproveitando a diversidade da região.

3.6. Articular junto às instituições financeiras alternativas para diminuir o excesso de burocracia para os empreendedores no acesso ao crédito, visando reduzir as dificuldades financeiras causadas por endividamento no período de pandemia do Covid-19.

3.7. Buscar alternativas para diminuir a informalidade no exercício das atividades em geral.

3.8. Investir em programas de educação financeira e difusão tecnológica como política de Estado.

#### 4. Transporte intermunicipal

4.1. Articular a melhoria do atendimento do transporte público intermunicipal. O serviço disponibilizado hoje não atende à demanda dos usuários, sendo necessário oferecer novos horários que possibilitem o deslocamento das pessoas. A interligação entre municípios só acontece para as cidades-polo.

#### 5. Custo de energia elétrica

5.1. Buscar alternativas para a diminuição dos impactos nos custos de produção, motivados pelo aumento das tarifas da energia elétrica.

## AGROPECUÁRIA

### 1. Fomento

1.1. Garantir recursos para assistência técnica direcionada ao acompanhamento dos pequenos agricultores produtores de palma e abacaxi da região.

1.2. Destinar recursos para a inserção de tecnologias alternativas na agropecuária, com adoção de técnicas que ampliem a produtividade, com apoio técnico para sensibilização dos agricultores e estímulo à permanência dos jovens no campo.

1.3. Garantir recursos para estimular a produção de flores (Gravatá, Bonito e Bezerros) e café (Bezerros e Brejo da Madre de Deus) por meio da introdução de novas técnicas que diminuam a sazonalidade da produção e promovam o aumento da produtividade.

1.4. Garantir investimentos para a aquisição de equipamentos a serem distribuídos aos municípios da região como forma de apoio aos pequenos agricultores.

1.5. Criar incentivos para a implantação de bancos de sementes nos municípios, estimulando a produção própria, a fim de solucionar o problema crônico de sementes que são trazidas de outras regiões e chegam com atraso, fora do prazo para o seu plantio. Criar um calendário observando o período de plantio/chuvas para diminuir as perdas da produção agrícola.

1.6. Criar estímulos para beneficiar a produção agrícola e garantir assistência técnica aos produtores a fim de reduzir perdas e permitir a agregação de valor aos produtos.

1.7. Garantir incentivos aos agricultores familiares para implantação de projetos de agroecologia que trabalhem de forma integrada com diversas cadeias produtivas e busquem o respeito à sustentabilidade do meio ambiente.

1.8. Ampliar os incentivos à agricultura orgânica, com maior fiscalização dos produtos comercializados. A falta de fiscalização gera concorrência desleal para os produtores da agricultura orgânica.

1.9. Criar incentivos para a criação de feiras de produtos orgânicos nos municípios.

1.10. Garantir recursos para a reestruturação do IPA/Adagro com capacitação, recursos para assistência aos agricultores e concurso público para novos técnicos.

1.11. Exigir a nomeação dos 140 profissionais que já foram aprovados em concurso público realizado para suprir as necessidades de pessoal da Adagro.

1.12. Criar incentivos para produtores de leite da região por meio de alternativas que os auxiliem no armazenamento, além da sensibilização para formação de cooperativas, viabilizando a aquisição de insumos para a produção, capacitação e introdução de novas técnicas a fim de gerar alternativas para eliminar os atravessadores.

## 2. Linhas de crédito

2.1. Destinar linhas de crédito acessíveis aos pequenos produtores e criadores da Agricultura Familiar, fomentando a produção de alimentos e a geração de emprego e renda da população.

## 3. Infraestrutura

3.1. Garantir maior investimento de recursos para a manutenção das estradas vicinais e melhorar a infraestrutura das PE-95 e PE-145 (recapeamento da estrada, construção e/ou recuperação de acostamento e capinação).

3.2. Articular a manutenção da BR-232 e a finalização do trecho de duplicação da BR-104, vias estratégicas para escoar a produção do Agreste Central para a capital, outras regiões do Estado e estados vizinhos.

3.3. Articular ações junto ao Governo Federal para trazer soluções efetivas para questões hídricas da região que tanto atrapalham a produção agrícola.

## 4. Conectividade e Comunicação

4.1. Articular a ampliação do acesso à rede de telefonia e internet na região.

## 5. Legislação

5.1. Criar legislação estabelecendo as diretrizes para a comercialização de produtos agropecuários em feiras livres, objetivando uma melhor qualidade dos produtos que chegam à mesa dos consumidores.

5.2. Exigir o cadastro dos municípios para a realização das feiras de comercialização de animais e solicitar que a Adagro viabilize o suporte e fiscalização do cumprimento da legislação já existente.

# TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA

## 1. Legislação

1.1. Priorizar a aprovação do PLO 2237/2021, em tramitação na Alepe, que institui a Política de Turismo Rural de Pernambuco.

## 2. Fomento ao Turismo e Cultura

2.1. Incentivar a criação de Conselhos Municipais de Turismo.

2.2. Incentivar e integrar o Circuito de Bike implantado na região Agreste, que se encontra subutilizado. Integrar os municípios que foram contemplados com as instalações de placas e envolver a própria comunidade para que sejam desenvolvidos projetos de geração de renda pelo turismo.

2.3. Articular a criação de parceria público-privada (PPP) ou repasse para a gestão municipal da administração do Parque de Esculturas Nilo Coelho, que se encontra em estado de abandono no distrito de Fazenda Nova, município de Brejo da Madre de Deus.

2.4. Garantir recursos para implantação de programas de capacitação que atendam às necessidades dos diversos serviços turísticos.

2.5. Articular a transferência da administração do Núcleo de Artesanato de Bezerros para a gestão municipal. Hoje o espaço encontra-se sem assistência do Estado e subutilizado.

2.6. Estimular o fortalecimento dos destinos turísticos que estão fora dos grandes polos de turismo do Estado.

### 3. Infraestrutura

3.1. Garantir investimentos para a manutenção das estradas estaduais que interligam o Agreste Central, com atenção especial à PE-103 e à PE-109, principais vias de acesso à cidade de Bonito.

3.2. Apoiar os municípios na manutenção de estradas vicinais que interligam centros urbanos aos atrativos naturais e equipamentos turísticos localizados nas áreas rurais da região do Agreste Central, possibilitando o acesso dos turistas aos mesmos.

3.3. Garantir recursos para a pavimentação de trecho de três quilômetros de acesso à Serra do Vitorino, no município de Riacho das Almas.

3.4. Assegurar recursos para o recapeamento e capinação da PE-145, principal via de acesso aos municípios de Brejo da Madre de Deus, município com importantes atrativos turísticos naturais e culturais da região.

3.5. Garantir recursos para capinação e alargamento do acostamento da PE-95, que liga os municípios de Caruaru e Riacho das Almas.

3.6. Articular junto aos órgãos competentes o acesso à água nas zonas rurais dos municípios do Agreste Central.

3.7. Garantir recursos para a pavimentação da PE-97, que liga Bezerros a Ameixas distrito de Cumaru (trecho no perímetro urbano de Bezerros).

3.8. Articular a recuperação da BR-232, que em vários trechos encontra-se sem manutenção com buracos na via, falta de sinalização e aquaplanagem.

3.9. Articular a melhoria e implantação do acesso à Internet nas áreas rurais, com atenção especial a Serra Negra, no município de Bezerros, pois não há eficiência da rede de cobertura, problema que se repete em outras áreas rurais da Região Agreste.

### 4. Meio Ambiente

4.1. Intervir em projetos de implantação de Usina Eólica dentro de uma RPPN onde existem catalogadas 1.170 nascentes. O referido empreendimento não tem autorização da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) e está assinando contratos com donos de terras da região entre Brejo da Madre de Deus e Belo Jardim com vantagens unilaterais, sem

fornecer a documentação dos acordos com os proprietários das terras.

4.2. Articular a realização dos pagamentos por serviços ambientais, assim como determina a Lei nº 14.119/21, contribuindo dessa forma para a preservação de áreas de proteção e reservas ambientais.

4.3. Criar estímulos ao reflorestamento das Áreas de Proteção Permanente (APPs) que foram devastadas pelos processos agrícolas.

4.4. Garantir recursos para a implantação de brigada de incêndio na Serra dos Cavalos, no município de Caruaru.

## 5. Segurança Pública

5.1. Ampliar o efetivo da Polícia Militar na região, com maior atenção às comunidades rurais dos municípios.

# REGIÃO DO AGRESTE SETENTRIONAL

## COMÉRCIO E SERVIÇOS

### 1. Fomento aos negócios

1.1. Garantir recursos para programas de capacitação de mão de obra nas diversas áreas do setor de comércio e serviços.

1.2. Destinar recursos para programas de inovação no setor do comércio e serviços para que sejam vencidas as barreiras impostas à introdução e utilização de ferramentas tecnológicas.

1.3. Fomentar programas de incubação às novas empresas da região.

1.4. Desburocratizar a abertura de novos empreendimentos no Agreste Setentrional.

1.5. Atuar junto aos órgãos responsáveis pela garantia do abastecimento de insumos para a produção.

1.6. Agir de forma efetiva no combate aos constantes aumentos abusivos de preços de produtos e serviços, motivados durante a pandemia.

1.7. Articular incentivos para o turismo de negócio e compras da região, focando no setor da confecção para que os grandes empreendimentos possam ter maior movimentação.

### 2. Tributação

2.1. Revisão das altas cargas tributárias que incidem sobre as empresas e que entram o crescimento.

### 3. Infraestrutura

3.1. Articular a finalização da duplicação da rodovia BR-104, bem como a manutenção deste importante acesso ao Polo de Confecção.

3.2. Garantir recursos para a duplicação de estradas estaduais:

- Rodovia PE-50 (trecho que liga a cidade de Limoeiro a Carpina);
- Rodovia PE-90 (trecho que liga a cidade de Limoeiro a Vitória de Santo Antão).

3.3. Garantir recursos para melhor estruturação do aeroporto de Caruaru.

## 4. Segurança Pública

4.1. Garantir recursos para a ampliação mais efetiva da segurança nas estradas.

## 5. Estudos e Pesquisas

5.1. Garantir investimentos em estudos e pesquisas para identificar as vocações econômicas das regiões, motivando investimentos privados.

# AGROPECUÁRIA

## 1. Infraestrutura

1.1. Garantir recursos para a solução dos problemas de falta de abastecimento de água para a produção rural e pastagem da região do Agreste Setentrional.

1.2. Garantir investimentos para o recapeamento da PE-130 e duplicação da PE-90 (trecho entre Toritama e Carpina), importantes acessos para escoamento da produção rural da região.

1.3. Articular a finalização da obra de duplicação da rodovia BR-104.

## 2. Fomento

2.1. Incentivo à produção rural com o fortalecimento da produção agroecológica, introdução de novas culturas e maior apoio à comercialização agropecuária.

2.2. Garantir recursos e destinar emendas parlamentares estaduais para a reestruturação do IPA e da Adagro.

2.3. Articular a formalização de convênios com instituições de ensino técnico e superior para ampliar a oferta de técnicos para a maior assistência ao setor de agropecuária.

2.4. Garantir recursos para investimentos em projetos de vocações de culturas da região.

2.5. Criar canal permanente de escuta das demandas da região com reuniões periódicas com a Assembleia Legislativa do Estado.

## 3. Meio Ambiente

3.1. Articular junto aos órgãos públicos do Governo do Estado a fiscalização da devastação de áreas verdes nos loteamentos que estão sendo implantados em Taquaritinga do Norte.

3.2. Apoiar os agricultores na introdução de culturas em áreas produtivas com sistemas agroflorestais e de agricultura de baixo carbono para gerar créditos de carbono, com oportunidade de negócios para os empreendedores do setor agrícola.

#### 4. Melhoria dos serviços de interesse público

4.1. Buscar soluções para a ausência de serviços de saneamento da Compesa e do Corpo de Bombeiros nos municípios do Agreste Setentrional, que cobram taxas sobre estes serviços.

4.2. Articular com os órgãos responsáveis maior apoio para o fornecimento de licenças ambientais para os pequenos agricultores da região.

4.3. Cobrar maior presença do Governo do Estado para apoiar e orientar o produtor rural na preservação do ecossistema.

#### 5. Educação

5.1. Articular políticas públicas que atendam às comunidades quilombolas - região da Pasta/Via do Socorro/Mateus Vieira, todas na cidade de Taquaritinga do Norte. As comunidades necessitam de assistência técnica e projetos que contribuam para identificação cultural e manutenção das tradições.

5.2. Buscar soluções para implantação de escolas técnicas e universidades no Agreste Setentrional que atendam às necessidades do setor da agropecuária, pois não há cursos nesta área na região.

## TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA

### 1. Infraestrutura

1.1. Intermediar os serviços de recapeamento, capinação, instalação de sinalização vertical e horizontal, e construção de acostamento das rodovias:

- PE-130 – Trecho de Vertentes ao entroncamento com a BR-104;
- PE-90 – Trecho de Toritama a Carpina; e

- PE-160 – Trecho de Santa Cruz do Capibaribe a Jataúba.

1.2. Garantir recursos para o asfaltamento da PE-187, que liga Santa Cruz do Capibaribe-PE a Barra de São Miguel-PB e articular melhorias para a estrada vicinal que dá acesso à Serra do Pará, importante destino turístico da região.

1.3. Articular a implantação de sinalização turística para os municípios da Região do Agreste Setentrional.

1.4. Articular ações para solucionar o abastecimento de água para os municípios do Agreste Setentrional.

## 2. Legislação

2.1. Priorizar a aprovação do PL2237/2021, que institui a política de Turismo Rural de Pernambuco.

2.2. Articular junto aos municípios a criação de lei municipal para regulamentação e destinação de recursos para a atividade turística, dentro da Lei Orçamentária Anual (LOA).

## 3. Meio Ambiente

3.1. Articular para que os pagamentos por serviços ambientais sejam realizados conforme determinação da Lei 14.119/21, contribuindo, dessa forma, para a preservação de áreas de proteção e reservas ambientais.

## 4. Fomento à atividade turística e cultural

4.1. Garantir recursos para a implantação de Centro de Artesanato no Agreste Setentrional, com área de comercialização e treinamento.

4.2. Destinar recursos para o desenvolvimento do turismo rural e de natureza.

4.3. Aportar recursos para o desenvolvimento do turismo na Serra do Pará, em Santa Cruz do Capibaribe, oportunizando o envolvimento da comunidade local e o incentivo à produção associada ao turismo.

4.4. Destinar recursos para apoiar os municípios no resgate da identidade cultural, instalação de museus e preservação da memória de ícones pernambucanos.

4.5. Criar canais de diálogo permanente entre os diversos atores do desenvolvimento do turismo na região com a Assembleia Legislativa de Pernambuco.

## 5. Capacitação

5.1. Garantir recursos para capacitação de condutores de trilhas de natureza e formação de guias de turismo.

5.2. Destinar recursos para a capacitação da mão de obra envolvida na cadeia produtiva do turismo.

## INDÚSTRIA

### 1. Infraestrutura

1.1. Articular a finalização da duplicação da rodovia BR-104 (trecho de Toritama a Pão de Açúcar), bem como a sua manutenção no trecho já duplicado.

1.2. Destinar recursos para os serviços de recapeamento, capinação e recuperação ou construção de acostamento na malha viária que interliga as cidades que fazem parte do Polo de Confeção:

- Rodovia PE-160 – trecho de Santa Cruz do Capibaribe a Jataúba;
- Rodovia PE- 130 – trecho de Taquaritinga do Norte ao entroncamento com a rodovia BR-104.

1.3 Articular e garantir recursos para a duplicação da rodovia PE-50 (trecho de Limoeiro a Carpina) e da PE-90 (trecho de Toritama a Carpina), estradas estratégicas para conectar a região do Agreste Setentrional à Zona da Mata Pernambucana.

1.4 Destinar recursos para o reordenamento das vias de acesso ao Moda Center, em Santa Cruz do Capibaribe, que necessitam de investimento para desafogar o trânsito na região, bem como trazer maior segurança aos usuários e evitar os constantes acidentes de trânsito.

1.5 Garantir recursos para asfaltamento das seguintes estradas vicinais:

- Estrada vicinal que liga Santa Cruz do Capibaribe a Barra de São Miguel-PB (fronteira da Paraíba), passando pela Serra do Pará.
- Estrada vicinal que liga Surubim a Cumaru, passando pela Barragem de Jucazinho.

1.6 Articular a conclusão de obras estruturadoras para o abastecimento de água da região, com a conclusão da Adutora do Alto Capibaribe (obra estadual) e conclusão da Adutora do Agreste (obra federal), como solução para os problemas de abastecimento irregular.

1.7 Articular a instalação de distritos industriais no Agreste Setentrional, diversificação e incentivo à implantação de indústrias de outros segmentos na região.

1.8 Garantir recursos para ampliar a infraestrutura do distrito industrial de Limoeiro, estruturando o local para que ele tenha acesso a água e gás natural.

1.9 Articular a expansão de fibras óticas para o Agreste Setentrional.

## 2. Meio Ambiente

2.1. Articular e destinar recursos para a revitalização do leito do Rio Capibaribe.

2.2. Criar estratégias para a resolução do impacto ambiental causado pela queima de madeira nas lavanderias de Toritama.

## 3. Segurança Pública

3.1. Maior efetividade da segurança pública nas cidades que fazem parte do Polo de Confeção, principalmente nos dias de feira para resolver o problema dos constantes assaltos nas estradas de acesso.

## 4. Fomento e incentivos financeiros

4.1. Apoiar a ampliação da divulgação do Polo de Confeção com a finalidade de atingir outros mercados consumidores.

4.2. Apoiar e destinar recursos para programas de melhoria da produtividade do Polo de Confeção do Agreste, que possam promover:

4.2.1. Capacitação para mão de obra, atendendo a evolução constante do setor;

4.2.2. Apoio aos empresários locais para participação em intercâmbios de eventos relacionados ao setor;

4.2.3. Estímulo à criação de plataformas digitais para aumentar as vendas por e-commerce.

4.3 Apoiar e buscar incentivos financeiros para os eventos de promoção e comercialização do Polo de Confeccção, como o Festival do Jeans de Toritama, EMP e Rodadas de Negócios, bem como incentivos financeiros para a criação de evento itinerante nos municípios do Polo, promovendo maior movimentação e fluxo de pessoas na região.

4.4 Articular apoio aos empresários do setor de confecção para o desenvolvimento de projetos de exportação para a confecção.

4.5 Apoiar o associativismo nas empresas de confecção nos municípios que desenvolvem esta atividade. Não há uma cultura associativista (Riacho das Almas).

4.6 Articular e destinar recursos para a realização de pesquisas sobre o Polo de Confeccção para atualização de números que possam possibilitar a análise dos impactos e crescimento do setor na economia da região.

4.7 Aumentar linhas de crédito para os pequenos produtores da indústria de confecção.

## 5. Melhoria dos serviços de interesse público

5.1. Articular junto aos Correios a melhor prestação de serviços aos usuários das cidades do Agreste Setentrional.

5.2. Articular junto ao Poder Executivo a implantação de unidade de saúde no Agreste Setentrional para atendimento às demandas de saúde da população.

5.3. Articular o aumento do prazo dos atestados de regularidade do Corpo de Bombeiros, cobrar agilidade na prestação dos serviços de vistoria e isentar da obrigatoriedade de atestado de regularidade as lojas individuais que fazem parte de centros de compras.

5.4. Articular a abertura de agências bancárias para diminuir os impactos de fuga de recursos financeiros dos municípios menores.

5.5. Adequação da oferta de cursos das escolas técnicas da Região do Agreste Setentrional (Surubim e Santa Cruz do Capibaribe).

# REGIÃO DO AGRESTE MERIDIONAL

## AGROINDÚSTRIA

### 1. Acesso ao crédito

1.1. Articular junto às instituições financeiras a facilitação das informações sobre o acesso ao crédito, além de solicitar o apoio para agilizar os processos burocráticos das linhas de crédito disponíveis no mercado para os pequenos produtores rurais.

1.2. Buscar junto às instituições financeiras linhas de crédito específicas para as pequenas queijarias da Região do Agreste Meridional.

### 2. Assistência técnica

2.1. Garantir recursos para a reestruturação do IPA com programas de capacitação, assistência aos agricultores e a realização de concurso público para a contratação de novos técnicos para prestar assistência técnica, com a introdução de novas tecnologias, para aumento da produtividade.

2.2. Aportar recursos para capacitação com introdução de novas tecnologias e melhoramento de rebanhos para o fortalecimento da cadeia produtiva do leite, com produção dos queijos e demais produtos lácteos.

### 3. Infraestrutura e apoio ao aumento da produtividade

3.1. Garantir recursos para manutenção das rodovias estaduais do Agreste Meridional com recapeamento asfáltico, sinalização horizontal e vertical, capinação e alargamento de acostamento, especialmente as PE-270 (entre Arcoverde e Itaíba), PE-300 (de Itaíba a Águas Belas), PE-180 (de Belo Jardim a Lajedo), PE-193 (entre São Bento do Una e Capoeiras) e PE-217 (no trecho Venturosa-Alagoinha-Pesqueira). A má qualidade das estradas atrapalha a segurança, já que os caminhões passam lentamente ficando mais sujeitos a assaltos.

3.2. Destinar recursos para auxiliar os municípios na melhoria das estradas vicinais da região.

3.3. Articular a pavimentação asfáltica das rodovias estratégicas que interligam a bacia leiteira da região:

3.3.1. “Estrada do Leite” (Venturosa – Pedra, via de acesso entre o Tará e São Pedro do Cordeiro);

- 3.3.2. Estrada que liga a sede de Buíque à Vila de Guanumby, na zona rural, interligando a PE-424 à PE-244 e conectando a bacia leiteira dos municípios de Buíque, Pedra e Venturosa.
- 3.4. Aportar recursos para a melhoria do abastecimento de água na região, que atendam às necessidades das indústrias e produtores rurais do Agreste Meridional.
- 3.5. Articular junto ao IPA o fornecimento de Responsável Técnico para apoio às pequenas agroindústrias.
- 3.6. Garantir recursos para aquisição de máquinas e equipamentos pelo poder público municipal para dar assistência aos pequenos produtores rurais.
- 3.7. Articular junto à Celpe a redução de taxas para adaptação de energia trifásica para as pequenas propriedades rurais.
- 3.8. Apoiar a reestruturação do Instituto de Tecnologia de Pernambuco (Itep) para a continuação da análise do queijo e articular a retomada do convênio com o Governo do Estado de Pernambuco para atendimento gratuito à agricultura familiar.
- 3.9. Articular a garantia de recursos para a reativação do laboratório da UFRPE para análise do leite – CCS e CBT, parâmetros que garantem a qualidade do leite e requisito para aquisição do Selo Arte para comercialização do queijo em todo país.

#### 4. Legislação

- 4.1. Articular junto aos órgãos de extensão rural do Estado o provimento obrigatório de Responsável Técnico para agroindústria de pequeno porte com até 250m<sup>2</sup> de área. Os pequenos produtores não têm condições de contratar essa assistência técnica.

#### 5. Segurança pública

- 5.1. Aumentar o policiamento das estradas, coibindo os assaltos e garantindo maior segurança para o transporte de cargas nas estradas da região.

# COMÉRCIO E SERVIÇOS

## 1. Infraestrutura

1.1. Garantir recursos para manutenção das rodovias estaduais do Agreste Meridional, estruturando esses acessos com recapeamento asfáltico, sinalização horizontal e vertical, capinação e alargamento de acostamentos com atenção especial às PE-270 (entre Arcoverde e Itaíba), PE-300 (entre Itaíba e Águas Belas) e PE-170 (Trevo de Lajedo a Canhotinho).

1.2. Intervenção e revitalização do terminal rodoviário do município de Buíque para que o equipamento possa atender a finalidade para qual foi construído.

1.3. Garantir investimentos para recuperação e conservação dos espaços públicos.

1.4. Articular e destinar recursos para a implantação de Centros de Zoonose nos municípios do Agreste Meridional.

1.5. Articular a implantação de distritos industriais nos municípios do Agreste Meridional, de acordo com o levantamento já feito anteriormente pela AD Dipер, carecendo apenas de atualização e priorização de ações.

## 2. Fomento

2.1. Buscar alternativas para reduzir a informalidade dos pequenos produtores da confecção para que estes tenham acesso aos benefícios da formalização, bem como dos serviços de gastronomia e hotelaria.

2.2. Articular a implantação de programas de qualificação de mão de obra para os setores de comércio e serviços, buscando aumentar a oportunidade de acesso ao primeiro emprego para os jovens da região.

2.3. Garantir recursos para implantação de programas de sensibilização turística nos municípios com potencial de desenvolvimento da atividade.

## 3. Legislação

3.1. Aperfeiçoar diretrizes para o reordenamento da comercialização de produtos agropecuários em feiras livres, objetivando uma melhor qualidade dos produtos que chegam à mesa dos consumidores.

## 4. Melhoria dos serviços bancários e acesso ao crédito

4.1. Articular a criação de linhas de crédito e a desburocratização do acesso para os pequenos negócios, especialmente àqueles com dificuldades financeiras ocasionadas pela queda do faturamento devido à pandemia do Coronavírus.

4.2. Intervir junto às instituições financeiras para a melhoria do atendimento nas agências bancárias, com maior oferta de equipamentos e na otimização do atendimento aos usuários.

## TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA

### 1. Fomento ao setor turístico

1.1. Promover o turismo com o objetivo de aumentar o fluxo turístico e diminuir a sazonalidade da atividade, aumentando o tempo de permanência do turista na região.

1.2. Garantir investimentos para divulgação dos atrativos naturais, culturais, gastronômicos e de negócios em equipamentos turísticos.

1.3. Incentivar a utilização das mídias digitais do Governo do Estado e o uso de influenciadores digitais para a divulgação dos produtos turísticos da região.

1.4. Buscar apoio para que Garanhuns volte a ser um município indutor do turismo da região.

### 2. Qualificação profissional do setor turístico

2.1. Garantir recursos para a capacitação de mão de obra dos diversos setores da atividade turística.

2.2. Articular junto à Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur) ações de capacitação aos técnicos das secretarias de turismo municipais para atualização dos inventários turísticos municipais.

2.3. Garantir investimentos para a elaboração de diagnósticos que identifiquem as vocações turísticas e elaboração de planos de ação estruturados dos municípios.

### 3. Infraestrutura

3.1. Garantir investimentos para recapeamento, acostamento, sinalização horizontal e vertical, capinação e manutenção das seguintes estradas da região:

- PE-270 (Arcoverde – Itaíba)

- PE-300 (Itaíba – Águas Belas)

- PE-177 (Garanhuns – Maceió)

3.2. Articular junto ao Governo Federal a duplicação da BR-423, que liga São Caetano a Garanhuns.

3.3. Estruturar as estradas vicinais que ligam os municípios aos atrativos turísticos naturais, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e equipamentos turísticos da região.

#### 4. Apoio ao artesanato da região

4.1. Articular junto à AD Diper o fornecimento das carteiras dos artesãos dos municípios da região. Garanhuns está com boa estrutura de artesanato, mas precisa de visibilidade para o Estado e região.

#### 5. Articular apoio para novos investimentos no setor

5.1. Apoiar novos investidores com projetos de instalação de novos empreendimentos turísticos para a região.

# REGIÃO DA MATA SUL

## AGROPECUÁRIA

### 1. Infraestrutura – mobilidade e meio ambiente

1.1. Requalificação das rodovias estaduais da região (PE-58, PE-45 e PE-99), pois estão em péssimas condições de uso. Falta sinalização e a quantidade de buracos nas vias é um perigo para quem necessita escoar a produção.

1.2. Investimento para abertura de novas rodovias que interliguem os municípios da Região da Mata Sul para ampliar as possibilidades de escoamento da produção nos assentamentos Galileia, Serra Grande, Engenho Serra, Pedreira e na Gameleira, entre outros.

1.3. Solução para a falta de iluminação pública na BR-232 em trechos da Região da Mata Sul, como também sinalização das cidades, como por exemplo os portais das mesmas.

1.4. Urgência na obra de requalificação da PE-45, via importante para a mobilidade dos agricultores e escoamento dos produtos;

1.5. Investimentos para a PE-58, que liga Amaraji a Chã Grande, e está abandonada há aproximadamente 20 anos. A via se configura como um grande gargalo para a produção e escoamento dos assentamentos Diva Graça– Honda e Porteira 1.

1.6. Acesso via transporte público para os trabalhadores de Vitória e região se locomoverem entre os municípios. A região não tem transporte público, dificultando a mobilidade.

1.7. Solicitar ao Governo do Estado que viabilize com o Consórcio de Transporte a oferta de transporte público intermunicipal em Vitória de Santo Antão, como também a ampliação do Arco Metropolitano para atender a Mata Sul.

1.8. Investimento em programas de desassoreamento das barragens e açudes da Mata Sul, para assim voltarem a ter a capacidade de acúmulo de água na região e cumprirem o papel na produção de alimentos.

### 2. Apoio e incentivo à produção no campo

2.1. Apoio à organização das associações por meio de capacitações e formação dos produtores rurais.

2.2. Investimento para fortalecimento do IPA para apoio técnico aos produtores no que diz

respeito a sementes, plantios e práticas agrícolas eficientes.

2.3. Programa de incentivo para apoio na regularização dos produtores por meio da atualização da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAPs).

2.4. Garantir um veículo para contribuir com o escoamento da produção.

2.5. Fortalecimento e continuidade do apoio à extensão rural para o desenvolvimento do setor produtivo.

2.6. Retorno e fortalecimento do PAE e PNE, fundamentais para o setor, e que representam um gigantesco gargalo para produção rural.

2.7. O êxodo rural vem crescendo assustadoramente por falta do olhar criterioso dos governantes para a agricultura familiar, sobretudo pela falta de um lugar que faça o escoamento dos produtos na localidade.

2.8. Implantação de um grande mercado de distribuição no município de Escada para o escoamento da produção tanto para as regiões da Mata e Agreste como para os municípios vizinhos (Recife, Caruaru, Maceió).

2.9. Fortalecimento de projetos que prezem pela segurança hídrica e alimentar dos trabalhadores do campo e promovam a difusão de tecnologias sociais como biodigestores, fogões ecológicos, fossas sépticas, entre outros.

2.10. Verificação do aumento das taxas de romaneio na Ceasa, uma vez que os produtores se queixam dos valores abusivos cobrados para permanecerem no pátio da feira.

## COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇO

### 1. Infraestrutura, mobilidade e segurança

1.1. Emergência na obra da PE-45, via fundamental para o desenvolvimento da Mata Sul.

1.2. Apoio para a revitalização das rodovias estaduais, sobretudo sinalização e acostamentos.

1.3. Investimentos para o saneamento básico em São José da Coroa Grande, onde a situação é caótica e configura um grande impedimento para o comércio e demais atividades.

1.4. Necessidade de construção de mais barragens na Mata Sul. O perigo de enchentes é constante e ameaça toda a cadeia produtiva do comércio e serviço na região.

1.5. O aterro sanitário localizado em Escada está com a capacidade comprometida atendendo os vários municípios da região. O equipamento é fundamental para a Mata Sul, mas necessita de urgente projetos que promovam a melhoria do local.

1.6. Apoio para a manutenção do matadouro localizado em Escada, investimento para melhoria do serviço e preservação ambiental da localidade.

1.7. Ação para conter os assaltos constantes na PE-45. A população e comerciantes estão vulneráveis com registros de assaltos a ônibus e carros, demandando um serviço de inteligência policial para garantir o desenvolvimento da região.

## 2. Apoio e incentivo ao crédito

2.1. Programa de capacitação para os lojistas da região em parceria com o Sebrae.

2.2. Atração de investimentos para a área industrial da Mata Sul, por meio de campanhas de divulgação dos benefícios fiscais em larga escala em todos os canais de comunicação.

2.3. Programas de créditos para os empresários da Mata Sul, por meio da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco (Agefepe) e AD Diper.

2.4. Revisão ou eliminação do imposto de fronteira para os municípios que se enquadram nesse perfil e têm desvantagem de oferta dos seus produtos, pois pagam 6% a mais de impostos.

2.5. Revisão e alternativas melhores de tributação em todas as esferas para o setor de comércio, indústria e serviço.

2.6. Necessidade da presença da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) com mais vigor nesses territórios, abrindo canal de diálogo entre os empresários e o poder público, levando capacitação, informação e desenvolvimento para os setores da Mata Sul.

2.7. Emergência de um plano de desenvolvimento para Região da Mata Sul.

2.8. Aporte de crédito para fomentar novos negócios, principalmente com os microempreendedores para geração de emprego e renda.

# TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA

## 1. Infraestrutura para o turismo – sistema viário e circulação

1.1. Solicitar apoio para a duplicação da PE-60, via que dá acesso aos destinos da Mata Sul e de importância fundamental para o desenvolvimento dos setores produtivos.

1.2. Fiscalizar a obra de requalificação da PE-99, que liga Xexéu a Água Preta, para assim cumprir a sua finalidade tão importante de escoamento e circulação das pessoas.

1.3. Implantação da obra de requalificação da PE-45, que liga o município de Escada a Vitória de Santo Antão, via importante para o desenvolvimento dos fluxos na localidade.

1.4. Fomentar a circulação através da melhoria das rodovias do Estado para o fluxo de turistas entre os estados vizinhos e a Região Agreste do nosso Estado.

1.5. Restauração da estrada PE-43, que liga o município de Rio Formoso à Gameleira, fundamental para o deslocamento e mobilidade na região.

1.6. Reforçar a sinalização horizontal das vias que dão acesso aos municípios com destinos turísticos da Mata Sul (PE-60, PE-09 e PE-38), bem como realizar a pintura dos rodapés do meio fio, das faixas de rolagens, restauração da sinalização e substituição dos tachões reflexivos para a segurança da população e dos visitantes que trafegam nessas vias.

1.7. Reforçar a sinalização vertical das placas de acesso, entradas das cidades, informações turísticas e monumentos tombados dos municípios com destinos turísticos da Mata Sul.

1.8. Melhorar a estrada que interliga Porto de Galinhas, Serrambi e Sirinhaém.

1.9. Atender com transporte intermunicipal os trabalhadores da cadeia do turismo que se deslocam entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Tamandaré, Rio Formoso e São José da Coroa Grande.

1.10. Viabilização urgente de uma linha de transporte público que faça o itinerário Aeroporto–Destinos da Mata Sul, saindo do aeroporto às 11h e retornando às 17h para atender os voos que chegam e saem do Estado e dar mais opções aos turistas.

1.11. Suprir a carência de uma linha de ônibus para o trajeto Tamandaré–Recife, a fim de movimentar o acesso e os serviços a esses territórios com o impulsionamento das atividades.

1.12. Fiscalização no trecho de Tamandaré que dá acesso à Praia dos Carneiros, uma vez que veículos ficam no acostamento provocando perigo em períodos de alta da temporada.

1.13. Fiscalização do licenciamento ambiental dos empreendimentos/ *flats* em andamento em Tamandaré, Porto de Galinhas e nas demais áreas de estuários e praias do Litoral Sul.

1.14. Estudar a viabilidade de organização dos *flats*, tendo em vista o aumento expressivo desses empreendimentos, que, em curto prazo, poderão desestruturar toda a rede hoteleira, tendo em vista que não seguem as mesmas regras dos hotéis e pousadas, pois não pagam impostos, não cumprem protocolos e não empregam a população local na atividade.

## 2. Saúde e segurança pública

2.1. Rede de atendimento de saúde precária para atender a demanda turística no Litoral Sul. Em Tamandaré a rede pública não é suficiente para atender ao menos os casos leves.

2.2. Ampliação e fortalecimento do Samu para apoio aos municípios do Litoral Sul para atendimento e remoção de casos graves de incidentes na região.

2.3. Indicação para prioridade de vacinação contra a Covid-19 dos trabalhadores da cadeia do turismo.

## 3. Apoio à produção, qualificação, divulgação e escoamento da produção

3.1. Criação de uma identidade do artesanato do Litoral Sul.

3.2. Criação de um centro para a formação, repasse de saber e fortalecimento da cadeia do artesanato de Porto de Galinhas e região por meio da capacitação da mão de obra local.

3.3. Dificuldade de escoamento da produção, necessidade de realização de feiras anuais e projetos itinerantes que levem os produtos aos turistas nos hotéis e pousadas.

3.4. Proposição de um mercado permanente para venda e exposição do artesanato do Litoral Sul.

3.5. Projetos de capacitação para o artesanato, apoio à precificação e qualidade da produção.

3.6. Realização de investimentos para capacitar a população local das comunidades de Porto de Galinhas na cadeia do artesanato, a exemplo das comunidades do Socó, Salinas e Pantanal.

3.7. Fortalecer a oferta de destinos em Tamandaré, que oferece mais áreas turísticas além da praia dos Carneiros.

3.8. Criação de roteiros turísticos na Mata Sul que ressaltem a história da formação econômica e cultural da região, como os elementos do ciclo da cana-de-açúcar, entre outros.

3.9. Tombamento de equipamentos como engenhos, casarios, igrejas e indústrias para atrativo turístico.

3.10. Resignificar o turismo na região e ampliar para novas modalidades, a exemplo do turismo de experiência.

3.11. Parcerias com a Empetur para apoio aos roteiros, novas roteirizações do território e fomento de eventos.

3.12. Realizar investimento forte para o *marketing* e divulgação dos destinos da região junto à Empetur com forte visibilidade em todas as mídias e canais de atração de turistas.

3.13. Programar a região para a chamada “ressaca do turismo” pós-pandemia, a fim de realizar a divulgação dos destinos do Litoral Sul e garantir a atração de turistas.

#### 4. Organização e estruturação da cadeia

4.1. Realização de um censo do setor de turismo para mapeamento dos atores formais e informais, assegurando o direcionamento dos investimentos e fortalecimento da cadeia produtiva.

4.2. Fiscalização do transporte, passeios e hospedagens informais nos destinos turísticos do Litoral Sul.

4.3. Organização do Conselho de Turismo Intermunicipal da Mata Sul, com o apoio da Empetur, para reorganizar o setor e promover o desenvolvimento de novas ações.

4.4. Retirar a obrigatoriedade, por parte da Empetur, do presidente e do vice-presidente dos conselhos de turismo serem representantes do poder público, pois a prática tem mostrado que a restrição inviabiliza o fórum e se torna um grande entrave para as ações do turismo na região.

#### 5. Fomento e incentivo à cadeia produtiva.

- 5.1. Desburocratizar a atração de eventos para movimentar o setor a partir de leis de patrocínio, com base no ICMS, como praticado em outros estados, a exemplo de São Paulo.
- 5.2. Formulação de leis e políticas públicas de impulsionamento do setor, por meio de fomentos, editais e patrocínio que visem atrair eventos e movimentar o *trade* turístico.
- 5.3. Apoio à formalização do artesão através de MEI ou do registro do artesão para contribuição previdenciária e garantia de uma aposentadoria futura.
- 5.4. Acesso ao crédito para os empreendedores através dos bancos públicos, Agefepe e Pronampe, possibilitando autonomia e sustentação dos negócios frente à crise econômica e pandêmica.
- 5.5. Atração de instituições financeiras para Tamandaré, uma vez que a região não dispõe de bancos para atender o empreendedor e o público em geral.
- 5.6. Apoio para auxiliar o empreendedor com flexibilização ou programas de refinanciamento de dívidas e impostos na esfera estadual, a exemplo do Refis.
- 5.7. Apoio para auxiliar o empreendedor a regularizar as certidões estaduais e assim ficar apto a participar de licitações e estar com a documentação ativa para retornar as atividades e movimentar a cadeia produtiva.
- 5.8. Incentivar a atração de empregos para a região por meio do fomento a eventos, festivais, feiras e exposições.
- 5.9. Incentivar a venda de querosene para aeronaves, pois dessa forma não se perderia voos para a Região Sudeste e o Estado teria vantagem na atração dos mesmos.

## PARTICIPANTES

- Assentamento Ronda dos Trabalhadores Rurais
- Associação Comercial e Industrial de Pombos (ACEIP)
- Associação Comercial Industrial e Agropecuária da Vitória (ACIAV)
- Associação dos produtores rurais de Gameleira
- Associação dos trabalhadores rurais 21 de novembro - Gameleira
- Associação Porto da Boa mesa, restaurantes de Porto
- Associação Porto do Bem Estar
- CDL Barreiros
- CDL Escada
- CDL Palmares
- Conselho Agro Familiar de Vitória de Santo Antão
- Conselho Municipal de Agricultores
- Convention & Visitors Bureau
- GRAPA Ipojuca
- Município de Pombos
- Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA)
- Usina de Artes

# REGIÃO DA MATA NORTE

## TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA

### 1. Infraestrutura, mobilidade, sinalização e saneamento.

1.1. Recuperação das rodovias PE-49, PE-75 (acessos a Goiana, Itambé, Condado e Paraíba) e Estrada de Atapuz (vias de escoamento de produção local e de deslocamento de diversas atividades econômicas da Mata Norte), sendo um gargalo crônico para moradores, visitantes e trabalhadores que precisam se locomover.

1.2. Melhorias em todas as rodovias estaduais da Mata Norte para fomentar a integração do turismo, artesanato e agricultura na região.

1.3. Investimento para o Departamento de Estradas de Rodagem (DER). O órgão estadual está com atividades limitadas, sem orçamento e sem técnicos, o que provoca o sucateamento das rodovias estaduais, fundamentais para a economia local.

1.4. Melhoria da malha viária da Mata Norte.

1.5. Investimento para a sinalização das vias com os pontos turísticos da região.

1.6. Investimento, junto à Compesa, para o saneamento básico de Goiana e demais cidades da Mata Norte.

### 2. Apoio para divulgação e promoção do turismo da Mata Norte.

2.1. Investimento urgente na divulgação do destino turístico da Mata Norte, com o objetivo de atrair eventos que promovam a circulação, o consumo e a ativação dinâmica do turismo na região.

2.2. Instituição de uma agenda permanente de atividades culturais, com foco nas potencialidades dos destinos turísticos da região, para assim estabelecer a constância e o fluxo da atividade.

2.3. Fortalecimento do orçamento de Pernambuco para o setor com incremento significativo a fim de realizar campanhas de divulgação para aquecimento da atividade.

2.4. Divulgação do destino fora de Pernambuco. Necessidade de evidenciar a Mata Norte para dinamizar a atividade na região.

2.5. Apoio aos roteiros já existentes e abertura de novos roteiros estruturados para fortalecer

a atividade na Mata Norte.

2.6. Fomentar ações conjuntas do turismo com a cultura para fortalecer os segmentos e promover as potencialidades da região com o intuito de garantir o fortalecimento das cadeias produtivas e oportunizar transformações significativas na Mata Norte.

2.7. Instituição de diálogo entre os órgãos do governo para o incremento do setor turístico.

2.8. Impulsionar as iniciativas de emprego e renda na Mata Norte, promovendo ações que garantam o escoamento da produção no setor do turismo e economia criativa.

2.9. Fortalecimento de projetos que promovam as potencialidades turísticas e culturais da região, com capacitações e qualificações para os trabalhadores, empreendedores e fazedores da cultura.

## AGROPECUÁRIA

### 1. Infraestrutura, mobilidade e meio ambiente

1.1. Melhoria das rodovias estaduais da Mata Norte. O produtor não consegue ter acesso aos grandes centros, inviabilizando o escoamento da produção.

1.2. Desassoreamento das barragens e açudes da Mata Norte. Há um gargalo de deficiência hídrica na região.

1.3. Programa de reflorestamento produtivo das matas ciliares, aliando a preservação e capacidade produtiva das regiões.

1.4. Programa de conservação dos solos da região num esforço conjunto para fortalecer os serviços ambientais, a captação de água e produção de alimentos.

1.5. Trazer o Arco Metropolitano para a Mata Norte, resolvendo assim o enorme gargalo do escoamento da produção e mobilidade entre as cidades.

### 2. Apoio técnico, capacitação e dinamismo para o setor.

2.1. Investimentos para fortalecimento do IPA, órgão fundamental para assistência contínua do produtor.

2.2. Assistência técnica para o desenvolvimento do campo. Os produtores carecem desse apoio, e o mesmo se constitui num grande gargalo para o setor.

2.3. Incentivar um projeto para implementar na escola técnica de Timbaúba uma escola agrícola com planos de capacitação profissional para fomentar o desenvolvimento e a continuidade desse setor.

2.4. Articular ações que possibilitem o maior escoamento dos produtos dos agricultores familiares da Mata Norte, com a captação de novos mercados, uma vez que as vendas hoje se resumem à Ceasa e ao Recife.

2.5. Investimentos para parcerias com o Sebrae na Mata Norte. Os municípios de Aliança, Goiana, Paudalho e Itaquitinga trabalham com a agricultura familiar em capacitação e formação.

2.6. Assistência técnica específica para a Agroecologia, com investimento para capacitação dos técnicos e garantia da difusão desse conhecimento no campo.

2.7. Multiplicação de projetos exitosos desenvolvidos pelo Sebrae e pelo Serta, a exemplo do "Semeando a Agroecologia", que beneficia até 350 famílias.

2.8. A Zona da Mata Norte tem grande dificuldade de acesso à água, pois não tem uma política de acúmulo de água, sendo um grande gargalo para a produção agropecuária.

### 3. Fomento, legislação e equipamentos

3.1. Apoio para a organização das associações de agricultores em seus estatutos, planos de negócios, cadastro, atualização e regularização da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP).

3.2. Legislação que apoie o pequeno produtor na comercialização dos produtos da agricultura familiar, com o olhar diferenciado e peculiar dessas produções artesanais, a exemplo do beneficiamento dos doces.

3.3. Diminuição da burocracia de financiamento de pequenas posses de propriedades da agricultura familiar.

3.4. Incentivo e legislação para a agroindústria dos pequenos agricultores. Faltam equipamentos para beneficiamento dos produtos.

3.5. Instalação de um frigorífico para a agricultura familiar na Mata Norte.

3.6. Executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fundamental para o dinamismo e escoamento da produção. O agricultor precisa de canais de vendas.

3.7. Inclusão do agricultor nas linhas de crédito do Estado, uma vez que o Pronampe contempla MEI, EPP e ME, mas não inclui o setor agropecuário.

3.8. Articulação dos setores agropecuário, de alimentação, turismo e cultura para engrenar a cadeia produtiva, com vivências e trocas de saberes promovendo novas oportunidades de negócios para os segmentos.

3.9. Programa de apoio ao pequeno produtor de gestão e acompanhamento das suas propriedades com o controle da produtividade e fortalecimento de parcerias para produção e escoamento.

## COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

### 1. Infraestrutura e rede viária

1.1. Conclusão da obra e duplicação da PE-408, via estratégica para o desenvolvimento da Mata Norte, uma vez que corta toda a região. Foi criada para ligar Recife a Campina Grande, mas as obras foram encerradas em Timbaúba. O investimento mostra-se como fundamental para destravar o escoamento de produtos e a mobilidade das pessoas.

1.2. Duplicar a BR-408, no trecho de Carpina a Campina Grande, para escoar todos os produtos da região em todos os segmentos.

1.3. Para o desenvolvimento do setor se faz urgente a reestruturação das vias de acesso às cidades. A estrada que liga Condado a Itaquitinga está precária. As entradas de Goiana e Itambé contam com mais de 10 quilômetros de buracos e crateras, provocando a ocorrência de assaltos constantes.

1.4. Atenção cuidadosa e estratégica do Governo do Estado para eleger o trajeto do Arco Metropolitano sugerido pelo movimento Arrudeia, pois além de preservar nossos ativos ambientais, dará dinamicidade às cidades da Mata Norte, promovendo a mobilidade e a atração de investimentos tão urgentes pra a região com a solução das questões básicas de escoamento, mobilidade e acesso.

1.5. Faz-se necessária a interiorização do Polo Goiana para outras regiões da Mata Norte. A escolha estratégica do trajeto do Arco Metropolitano que passe nos municípios é a oportunidade de alavancar e dinamizar a região, trazendo desenvolvimento e oportunidades.

1.6. Investimentos para a ligação do Polo Automobilístico de Carpina com Suape.

1.7. Exigência para os investimentos da rede viária na região, uma vez que se arrecada muitos impostos do polo industrial, sendo Goiana o maior PIB da região, e o valor arrecadado não é revertido para melhorias da malha viária e do saneamento das cidades.

1.8. Instalação de um aterro sanitário na Mata Norte para o processamento de resíduos sólidos dos municípios que atualmente são direcionados para a Central de Tratamento de Resíduos de Igarassu, diminuindo assim significativamente os custos de logística e alavancando as atividades na região.

1.9. Aumentar o investimento na infraestrutura dos hospitais regionais (Goiana e Limoeiro) com a implantação de leitos de UTI.

1.10. Estruturar os laboratórios hospitalares ampliando as ofertas de exames como D dímero, gasometria e testes de antígeno para Covid-19, bem como implantar equipe multiprofissional para a reabilitação pós-Covid-19.

1.11. Estruturar os serviços de imagem dos hospitais regionais com raio-X digital e laudos *online* por telemedicina.

## 2. Atração de investimentos, revisão tributária e acesso a crédito

2.1. Programa de promoção dos distritos industriais da Mata Norte, a exemplo de Timbaúba, a partir de campanhas de atração de investimentos que divulguem amplamente os benefícios fiscais e as vantagens de se instalar na região.

2.2. Aproximação da Federação da Indústria junto com a Agência de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco para a elaboração de estratégias de atração de novos negócios na região, como o aquecimento da indústria têxtil e de calçados.

2.3. Promover, em parceria com a Alepe, evento para apresentar a Mata Norte e suas cidades, destacando as atividades principais de cada uma, a fim de garantir maior visibilidade para a captação de investimentos na região. Empresários das regiões Sul e Sudeste estão bastante interessados em se instalar no Nordeste e a Mata Norte precisa de destaque para a atração dos novos empreendimentos.

2.4. Solicitar apoio da Alepe no incentivo à atração de novos empreendimentos para a Mata Norte, a exemplo da usina de lixo por meio de plasma (empresa italiana), que apresenta interesse em se instalar na região.

- 2.5. Incentivar a geração de emprego e renda para movimentar a economia local. Solicitar que os valores dos impostos arrecadados no Polo Goiana sejam distribuídos para toda a Mata Norte.
- 2.6. Revisão da carga tributária estadual, parcelamento das dívidas e acesso facilitado ao crédito para incrementar os negócios, sobretudo os dos pequenos empresários que enfrentam as dificuldades econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.
- 2.7. Apoio para a formação e capacitação de mão de obra, sobretudo de pessoas com deficiência, para garantir o cumprimento da cota prevista em legislação específica.
- 2.8. Isenção do imposto de substituição tributária, cobrado antes da saída da mercadoria da fábrica.
- 2.9. Prorrogar o prazo para o pagamento do ICMS de fronteira, na maioria dos casos o lojista paga o imposto antes mesmo de vender a mercadoria.
- 2.10. Solicitação de programa de regularização da situação fiscal do setor com a possibilidade real de pagamento e a eliminação de juros e multas diante da situação de crise econômica e pandêmica.
- 2.11. Revisão dos encargos estaduais sobre o frete para assim dar fôlego e aquecer o setor.
- 2.12. Diálogo entre a Alepe e a esfera federal para negociação do Refis para o setor, com condições que permitam o pagamento pelo empreendedor de suas dívidas e a sua regularização fiscal e tributária.
- 2.13. Apoio para o setor na desburocratização do acesso aos certames licitatórios, auxiliando na emissão das certidões e tornando o processo de participação mais acessível para a categoria.

## PARTICIPANTES

- ASSOCIAÇÃO DAS POUSADAS E HOTÉIS DE GOIANA (APHG/PE)
- CARPINA
- CDL
- REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DA MATA NORTE
- REPRESENTANTES DO COMÉRCIO DE PAUDALHO
- SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA, Glória do Goitá (SERTA)
- TIMBAÚBA

# REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

## INOVAÇÃO

1. Incentivos para o fomento de pesquisas e desenvolvimento de inovações de produtos e processos

1.1. Estímulos para a criação de programas de residência tecnológica.

1.2. Desburocratização de editais para democratizar o acesso a investimentos no setor. Os editais atuais são difíceis de serem acessados.

1.3. Criar normativas que estabeleçam o monitoramento dos editais e dos resultados para que seja possível garantir a efetividade das ações.

1.4. Fomento para arranjos produtivos locais da inovação no Estado.

1.5. Fomento para criação de núcleos de inovação no interior do Estado.

1.6. Fomento para investimentos em tecnologias, inovação e capacitação no âmbito das prefeituras do interior do Estado visando a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos.

1.7. Criação de programas de acesso a tecnologias digitais para professores das redes públicas municipais do interior do Estado.

1.8. Ampliação do escopo e facilitação do acesso ao fundo Inova-PE.

2. Divulgação do Setor da Inovação no Estado

2.1. Estimular campanhas educativas sobre inovação como vistas a aproximar o conceito de inovação do público em geral e desmistificar a ideia de inovação.

2.2. Incentivar a inserção da educação para inovação no currículo das escolas.

3. Incentivos financeiros para MEI e empresas que já atuam no setor de inovação

3.1. Melhorias nas ofertas de crédito.

3.2. Oferecimento de subsídios para regularização e investimentos.

3.3. Possibilidades de negociação de dívidas: maiores prazos, descontos/ isenção de juros e multas.

3.4. Incentivos às capacitações dos profissionais para atuarem como microempreendedores individuais (MEI) ou microempresários. É importante que a capacitação contemple os diferentes segmentos do setor e níveis escolares desses profissionais, e os orientem acerca das cargas tributárias.

4. Incentivos fiscais para o setor.

4.1. Orientação para que parques tecnológicos da universidade tenham isenção fiscal equiparada à do Porto Digital.

## 5. Diálogo direto entre o setor e a ALEPE

5.1. Audiência pública entre representantes do setor e a Alepe para traçar agenda comum para inovação no Estado.

5.2. Necessidade de implementar o Marco Legal de Inovação do Estado de Pernambuco: Lei complementar nº 400, de 18 de dezembro de 2018, e o Decreto nº 49.253, de 31 de julho de 2020, pois até o momento o setor sofre com esse gargalo.

5.3. Criação de uma legislação específica para Negócios de Impacto.

5.4. Articulação da Alepe com a Procuradoria Geral do Estado e a Advocacia Geral do Estado para a realização de uma oficina que normatize as questões legais referentes aos termos de cooperação entre o público e o privado.

5.5. Destinação de emendas parlamentares para inovação.

5.6. Fomento de pesquisa que mapeie o território e o perfil de inovação produzido no Estado. É preciso ter maior clareza acerca da diversidade e quantidade de pessoas e grupos envolvidos com a inovação.

5.7. Participação da Rede de Ecossistemas de Pernambuco (Repe) nas discussões das leis orçamentárias.

5.8. Estímulo à governança do setor, o que perpassa regulamentações, mapeamento, formação profissional e diálogo com os diversos setores.

# ALIMENTOS E BEBIDAS

## 1. Incentivos fiscais e melhorias para as MPEs do setor

1.1. Limite do Simples Estadual - Equiparação do sublimite do simples estadual com o federal, de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões.

1.2. Refis do ICMS Estadual referente ao período do início da pandemia até a presente data.

1.3. Aumento da validade de um para dois anos das certidões estaduais, tais como: Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros.

## 2. Incentivos para divulgação do setor

2.1. Criação de medidas governamentais que estimulem de maneira integrada a cadeia produtiva do turismo tendo a economia criativa como fio condutor, (o artesanato, a gastronomia, entre outros) e a agricultura como ponto de partida.

2.2. Incentivos como promoção da gastronomia local, enaltecendo os personagens principais, como *chefs* e marcas locais.

## 3. Pleitos pendentes na Sefaz-PE, desde 2018

3.1. Atualização do Decreto nº 14.876, de 12 de março de 1991, e suas alterações, para assim estabelecer uma regra para que toda venda da farinha de trigo de uso industrial em sacos a partir de 25 quilos seja efetuada para CNPJ com emissão de nota fiscal modelo 55 nessa UF.

3.2. Inclusão do CNAE 10.91- 1-02 (Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria) ao direito do Crédito Presumido, advindos do valor correspondente ao imposto dispensado, na entrada, em estabelecimento comercial, de queijo de coalho e queijo de manteiga, produzidos artesanalmente, adquiridos de produtor ou cooperativa de produtor beneficiados com a isenção prevista no art. 100 do Anexo 7, nos termos do artigo 3º da Lei nº 15.948, de 2016. Conforme o Art. 2º do Anexo 2 do Decreto 44.650/2017.

# AUTOMOTIVO E LOGÍSTICA

## 1. Desburocratização de processos de licenciamento ambiental e alvará de funcionamento e do Corpo de Bombeiros.

1.1. Adequar processos de obtenção de alvarás e licenciamento ambiental para a realidade de empreendimentos de pequeno e médio porte.

1.2. Revisar os critérios usados para mensurar o porte das empresas ou a criação de um benefício compensatório para os empreendimentos de pequeno porte que se adequassem às exigências.

1.3. Modernizar as leis e processos para obtenção e renovação do licenciamento ambiental.

## 2. Incentivos fiscais para as MPEs do setor

2.1. Normativa que evite a retenção de mercadorias na fronteira por causa de diferenças irrisórias de imposto antecipado.

2.2. Criar condições para que seja possível concorrer, de forma justa, com o *e-commerce*. A venda por internet beneficia o consumidor final, mas, em contrapartida, prejudica o Estado, pois o diferencial de alíquota de fronteira não é pago, nem é gerado emprego e renda.

2.3. Revisar os cálculos do imposto antecipado para compras fora do Estado. Ex: os empresários pagam um imposto antecipado calculado em cima do lucro estimado pelo governo. É preciso rever o cálculo do MVA para que possa refletir a realidade dos custos atuais.

2.4. Oferecer alternativas para regularização de dívidas. Os programas e incentivos subsidiados pelos governos federal e estadual contribuíram para que o cenário não fosse mais grave em 2020. Em 2021, o setor ainda enfrenta dificuldades de recuperação e os prazos para pagamento das dívidas não foram prorrogados.

2.5. Incentivo fiscal para proprietários de veículos a gás, tendo em vista a necessidade de estimular o uso de combustíveis alternativos ao petróleo por serem economicamente viáveis e menos poluentes, como é o caso do gás GNV.

2.6. Acesso ao crédito mais facilitado para o segmento.

## 3. Criação de normativas que auxiliem o crescimento de segmentos do setor

3.1. Agilidade na vistoria de carros que estão em processo de conversão para o GNV a partir da descentralização da vistoria. Uma alternativa seria a descentralização do serviço de primeira vistoria para oficinas credenciadas do Detran.

3.2. Normativa que oriente que as notas fiscais do produto e do serviço de instalação do GNV sejam de uma mesma empresa, visando mais segurança ao consumidor e a inibição do mercado clandestino de vendas de kits e de serviços de instalação de GNV.

3.3. Oferecimento de incentivos tributários para proprietários de caminhão que queiram instalar GNV.

3.4. Normativa para que editais de contratação do Estado voltados para oficinas mecânicas e estabelecimentos assemelhados tenham como critério de seleção a contratação de empresas que se enquadrem na Lei Estadual nº 15.421, de 18 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas básicas aplicáveis às oficinas mecânicas e estabelecimentos assemelhados.

#### 4. Fortalecimento de práticas de sustentabilidade no setor

4.1. Normativa para que a Neoenergia facilite os processos de adequação das empresas que optem por fazer uso de fontes de energias renováveis.

4.2. Montagem de uma usina de re-refino do óleo de motor no Estado. Atualmente parte desse óleo é enviada para São Paulo em caminhões-tanque ou descartada de forma irregular.

4.3. Desenvolvimento de legislação que incentive a criação de uma Central de Distribuição para o segmento no Estado, que facilitaria o comércio de peças e simplificaria a burocracia na aquisição de produtos que vêm de outros estados.

#### 5. Normativas para melhoria da relação entre financiadoras e consumidores

5.1. Normativa que regule no Código Estadual do Consumidor a apresentação e entrega do contrato de financiamento no ato da negociação.

5.2. Normativa para evitar a cobrança vexatória, uma vez que algumas financiadoras têm o hábito de ligar para cobrar dívidas de forma excessiva e intimidatória. Seria interessante uma normativa que inibisse tal ação, visto que o contrato feito no ato do financiamento já é claro quanto às responsabilidades da financiadora e do consumidor.

## CONSTRUÇÃO CIVIL

1. Incentivos para a utilização da BIM (Modelagem de Informação da Construção) no setor de Construção do Civil do Estado.

1.1. Organização de um seminário ou audiência pública na Alepe para a discussão acerca da BIM e sua importância para a construção civil. Na Universidade Federal de Pernambuco existe a célula BIM, financiada pelo governo federal e formada por um colegiado de pesquisadores de diversos segmentos, que tem discutido a BIM e podem contribuir com o debate na Câmara Estadual, sugerindo a proposição de normas.

1.2. Normas regulamentadoras que orientem que os empreendimentos, ao fazerem suas solicitações de construção, utilizem a BIM. A determinação pode ser uma medida obrigatória com prazo para que as empresas possam se adequar e/ ou uma medida de incentivo, na qual empreendimentos que apresentem o BIM sejam avaliados com maior celeridade, como acontece na prefeitura de Salvador.

1.3. Revisão do formato de tributação para empresas que utilizam a BIM em seus projetos. A aplicação da BIM acarreta o pagamento de IPI (imposto sobre produtos industrializados), ou seja, a BIM não é vista como algo pertinente à obra, mas sim como um produto à parte, pelo qual é cobrada uma tributação extra que desestimula o empreendedor.

1.4. Orientação para que os editais de infraestrutura dos governos estaduais e municipais incluam em seus projetos a adoção do BIM, como forma de estimular os empreendedores e incorporar em sua própria prática os avanços tecnológicos já existentes na área.

1.5. Orientação para que os órgãos financiadores dos empreendimentos no Estado estejam alinhados com o BIM.

1.6. Capacitação para os técnicos/ fiscais do governo que fazem análise dos projetos de construção civil para que eles sejam hábeis na avaliação de projetos que utilizam a BIM.

1.7. Incentivo para a formação inicial e continuada de profissionais da área da construção civil (técnicos e engenheiros) para estudo, utilização e aplicação das ferramentas da BIM em seus trabalhos.

1.8. Incentivos fiscais para aquisição de infraestrutura tecnológica (aquisição de *software* e *hardware*) por parte de profissionais da construção civil. Muitos dos produtos da BIM são contratados fora do Estado, logo movimentam uma economia que não circula em Pernambuco. Para mudar essa realidade, além da formação de profissionais é preciso dar subsídios para que eles possam adquirir os equipamentos para desempenharem seus trabalhos.

## 2. Desburocratização dos processos de aprovação de empreendimentos dentro do Estado.

2.1. Maior agilidade nos processos de aprovação dos projetos. Em geral, são projetos com prazo dilatado de avaliação, o que desestimula o empreendedor.

2.2. Normativas mais claras acerca da legislação vigente e maior padronização. Atualmente os empreendedores devem consultar órgãos estaduais, municipais e de licenciamento para solicitar a aprovação de empreendimentos, e muitas vezes as orientações são divergentes entre as esferas ou oneram o empreendedor, podendo contribuir para a ilegalidade e/ ou corrupção. Com a padronização das exigências o processo será mais simples e eficiente.

2.3. Possibilidade de digitalização na aprovação do pré-projeto para simplificação do processo.

2.4. Qualificar técnicos e fiscais que fazem a avaliação dos processos de projetos, licenças e habite-se, para que eles possam fazer melhores análises em menor prazo. Por vezes é cobrado dos empreendimentos o enquadramento na legislação, mas os técnicos dos órgãos fiscalizadores não têm qualificação para tal.

### 3. Fortalecimento de práticas de sustentabilidade no setor

3.1. Incentivos para que as indústrias e comércios fornecedores de produtos e serviços para a construção civil possam ser certificadas. Atualmente poucas empresas têm essa certificação e o que se observa é a formação de cartéis que tornam os preços dos produtos/ serviços certificados muito caros.

3.2. Incentivos para que as empresas possam se adequar às normas de desempenho.

3.3. Incentivo às parcerias entre empresas e instituições que formam profissionais da área de construção civil, visando melhor qualificação profissional e solução de problemas que afetam o setor.

## TURISMO

### 1. Incentivos para melhoria de infraestrutura nos municípios da RMR

1.1. Investimentos para restauração de monumentos históricos e equipamentos públicos do Estado para possibilitar o fortalecimento e incentivo de outros tipos de turismo, não apenas o ligado às praias. Fortalecer a Fundarpe para essa finalidade.

1.2. Obras de infraestrutura nas vias que dão acesso aos roteiros turísticos do Estado. Obras voltadas tanto para o recapeamento das vias como para a sinalização. Retirada dos presídios do Litoral Norte.

1.3. Diálogo entre a Alepe e a Neoenergia para melhoria do fornecimento de energia elétrica na Ilha de Itamaracá. Durante a alta estação, o número de pessoas triplica e há falta de energia em alguns bairros. Articular junto à Compesa melhorias no saneamento básico da ilha, que tem sofrido com a falta de água e com problemas relacionados à coleta de lixo.

### 2. Incentivos financeiros para a retomada das atividades no setor

2.1. Ofertas com alternativas para negociação das dívidas, tais como isenção de juros e multas, concessão de novos prazos para pagamento, melhorias das linhas de crédito e empréstimos a juros baixos.

2.2. Subsídios para os empreendimentos investirem na melhoria de sua infraestrutura e terem capital de giro para a retomada.

### 3. Incentivos para a divulgação do Turismo no Estado

3.1. Diálogo do setor junto à Alepe e à Secretaria Estadual de Saúde acerca de projetos de lei voltados para a obrigatoriedade das duas doses da vacina para pessoas que desembarcam em Pernambuco ou frequentam bares, restaurantes e casas noturnas. É preciso pensar em outras alternativas e o setor de turismo deseja participar dessa discussão.

3.2. Estímulo para que o governo estadual crie um plano de marketing para o destino Pernambuco.

3.3. Investimento em estratégias de marketing para o pequeno empresário.

3.4. Criação e divulgação de rotas turísticas para o Litoral Norte de Pernambuco, assim como é feito para o Litoral Sul. É preciso investimento em sinalização, folheteria e melhoria dos acessos ao Litoral.

### 4. Incentivos para capacitação dos agentes do setor de Turismo

4.1. Investimentos para qualificação dos profissionais do setor em seus diferentes segmentos, inclusive o turismo criativo e capacitação de comunidades para a economia criativa.

4.2. Serviços de capacitação e consultoria para a implementação do selo de qualidade do turismo, semelhante à experiência do Ceará.

### 5. Incentivos para adoção de boas práticas ambientais

5.1. Incentivo para a criação da Usina de Tratamento para reaproveitamento dos resíduos sólidos gerados nas localidades.

5.2. Incentivos à adoção de medidas do plástico zero em pontos e estabelecimentos turísticos do Estado.

5.3. Incentivos ao projeto de beneficiamento dos resíduos da mariscagem. O projeto já existe e conta com o apoio de comunidades pesqueiras e da UFRPE.

# SAÚDE

## 1. Incentivos fiscais para o crescimento do setor

1.1. Incentivo fiscal para a aquisição de equipamentos de academia de ginástica e similares. Pode ser feito a partir de descontos ou reajustes no Diferencial de Alíquota (DIFA). Boa parte desses equipamentos vem de fora do Estado.

1.2. Incentivos fiscais para que indústrias do setor possam se instalar no Estado.

1.3. Incentivos fiscais para a compra de insumos do setor, tanto para materiais de consumo rápido, como para a aquisição de materiais cirúrgicos, tais como stents, entre outros.

## 2. Desburocratização dos processos de certificação dos estabelecimentos de saúde.

2.1. Revisão das normas para obtenção das certificações. O processo atual é bastante complexo e oneroso ao empresário. É preciso simplificar etapas e rever exigências de documentos físicos para formatos virtuais.

2.2. Normativas que orientem o envio de documentos e o atendimento de forma digital.

2.3. Aumentar o prazo do atestado de regularidade do Corpo de Bombeiros de um para dois anos, condicionada à obrigatoriedade de renovação dos extintores.

## 3. Criação de canais de comunicação entre empresários e o setor público

3.1. Investimento na criação de uma plataforma digital que permita acesso facilitado às informações para as MPEs, semelhante à plataforma existente para o MEI. As informações são difusas e pouco claras para o pequeno empresário.

3.2. Criação de um expresso empresário, espaço que centralize serviços e processos que o empresariado precisa para regularizar sua situação e obter informações.

3.3. Maior diálogo e entendimento acerca das emendas parlamentares destinadas à saúde para que empresários do setor possam participar das discussões e que os equipamentos e serviços, frutos dessas verbas, possam beneficiar os municípios.

## 4. Capacitação dos profissionais da saúde para atuarem na gestão

4.1. Estímulo à criação de escolas de líderes para capacitação em gestão empresarial dos profissionais do setor da saúde.

4.2. Incentivo à capacitação dos profissionais da saúde para atuarem como MEI ou MPEs.

## 5. Normas para atuação dos profissionais da saúde

5.1. Movimento da Alepe junto ao governo federal para que profissionais da educação física que atuam como *personal trainers* possam voltar a se enquadrar como MEI.

5.2. Movimento da Alepe em apoio ao projeto de lei nº 60/2021, que regulamenta a atividade de cirurgião dentista como MEI.

5.3. Revisão das normativas que orientam a abertura de academias de ginásticas e similares.

## 6. Incentivos à inovação no setor

6.1. Investimentos em capacitação para criação de propriedades intelectuais.

6.2. Estímulos para que o governo estadual seja o primeiro comprador das inovações.

6.3. Diálogo entre Alepe e Facepe para incentivo à criação de patentes por pesquisadores (técnicos, graduados e pós graduados) da área da saúde e que trabalham com inovação. Atualmente os incentivos financeiros às pesquisas na área de inovação privilegiam pesquisadores com doutorado.

## 7. Incentivos para a sustentabilidade do setor

7.1. Incentivos ao turismo de saúde, tendo em vista que Recife é um grande polo médico na região e tem infraestrutura e capital profissional para tal.

7.2. Acesso dos pequenos empresários do setor a melhores linhas de crédito.

7.3. Capacitação para a participação das pequenas empresas em processos de licitação do setor público, inclusive as destinadas a emendas parlamentares.

7.4. Incentivos aos insumos da saúde, materiais com alto valor de aquisição.

# ECONOMIA CRIATIVA

## 1. Incentivos fiscais para a retomada das atividades no setor

1.1. Estimular um novo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)/ Refis para que empresas do setor possam regularizar sua situação fiscal.

1.2. Normativas que orientem os fiscais da Receita acerca do pagamento do Imposto de Fronteira dos produtos adquiridos pelo MEI. Na legislação, a orientação é que o MEI pague imposto de 5% em suas mercadorias, mas na prática a cobrança tem sido de 11% e é preciso recorrer posteriormente para obter o reembolso do valor.

1.3. Normativa que melhor oriente a questão da isenção fiscal para o artesão, pois falta clareza e consenso entre os fiscais da Receita ao avaliarem tributos relacionados ao artesanato.

1.4. Normativas específicas para a tributação a depender do porte da empresa. Mostra-se confusa a questão tributária principalmente para os pequenos empresários, sendo preciso simplificar e unificar as alíquotas pagas.

1.5. Incentivar o financiamento e linhas de crédito a juros baixos para os microempresários do setor.

1.6. Revisão da pauta tributária para estabelecimentos que comercializam artesanato e não estão instalados no Centro de Artesanato do Estado, onde os artesãos desfrutam de benefícios fiscais.

1.7. Isenção de impostos para manifestações culturais como maracatu, tendo em vista o papel social que exercem nas suas comunidades.

1.8. Revisão da carga tributária para os condomínios criativos, a exemplo do Edifício Pernambuco. Tal configuração reverbera nos territórios, gerando novos valores, dinâmicas e dimensões econômicas/ produtivas.

## 2. Incentivos para a divulgação da Economia Criativa no Estado.

2.1. Criação de um banco de dados digital dos técnicos e fornecedores do setor no Estado.

2.2. Programa de divulgação do artesanato para além do Centro de Artesanato do Estado.

2.3. Incentivos para a promoção de outras feiras e festivais que movimentem o setor para além da Fenearte.

2.4. Subsídios financeiros para que o artesanato de Pernambuco seja apresentado em eventos fora do Estado e do Brasil.

2.5. Estimular conexões entre as instâncias da Administração, Cultura e Turismo no Estado para elaboração de ações conjuntas.

## 3. Incentivos para a sustentabilidade do setor

3.1. Incentivos para que empresas têxteis do Estado possam oferecer impressão em algodão, tendo em vista a crescente tendência do mercado e o fato de que pequenos empresários de Pernambuco adquirem esse produto fora do Estado.

3.2. Revisão do Funcultura com a atualização dos editais para as novas demandas e realidades do setor.

3.3. Estímulos a projetos que valorizem patrimônios culturais materiais e imateriais do Estado.

3.4. Fortalecimento de políticas públicas e destinação de recursos para o investimento na Economia Criativa no interior do Estado.

#### 4. Capacitação dos profissionais da Economia Criativa em gestão de negócios

4.1. Incentivos às capacitações dos profissionais para atuarem como MEI ou MPEs. É importante que a capacitação contemple os diferentes segmentos do setor e níveis escolares desses profissionais, orientando-os acerca das cargas tributárias e gestão dos seus negócios.

## BELEZA

#### 1. Organização do setor da beleza

1.1. Audiência pública com a Alepe para escuta ativa das demandas do setor.

1.2. Projeto de lei que organize o setor por suas características, profissionais que agrega e atividades que desenvolve. O setor da beleza é difuso e com muitas nuances, mas não recebe a devida atenção dos municípios pela falta de clareza acerca do seu funcionamento e serviços prestados. Uma padronização em âmbito estadual traria maior segurança jurídica e fiscal para todo setor.

1.3. Normativa estadual sobre o funcionamento do Salão Parceiro para que profissionais e donos de salão possam se regulamentar. Atualmente o processo de implantação do Salão Parceiro é desconhecido por boa parte das prefeituras e sua implementação gera burocracia que onera tanto o proprietário quanto o profissional parceiro.

#### 2. Melhoria dos processos de tributação do setor

2.1. Capacitação dos fiscais das prefeituras acerca da legislação do Salão Parceiro. Existe um desconhecimento da legislação que leva a cobranças indevidas e dificuldade do empreendedor responsável em inserir as informações nas notas fiscais, dificultando o cumprimento da Lei do Salão Parceiro.

2.2. Desenvolvimento de um sistema de emissão de notas fiscais semelhante ao encontrado no setor de construção civil disponibilizado pela prefeitura, que auxilie o profissional do segmento de beleza para a emissão de nota fiscal eletrônica e consequentemente a especificação da cota parte de cada profissional parceiro do salão.

2.3. Revisão da tributação, pois alguns produtos têm sua taxa de alíquota elevada. No entanto, não há mudanças das alíquotas de IPI pelo Estado, todos apresentam o mesmo percentual.

### 3. Medidas educativas e de fiscalização para os estabelecimentos de beleza e afins

3.1. Orientações e procedimentos claros e acessíveis para adequação dos salões e afins dentro das normas sanitárias vigentes. Falta clareza e o acesso à informação é difuso e difícil.

3.2. Melhor fiscalização da vigilância sanitária nos salões de beleza e afins.

3.3. Fiscalização dos produtos vendidos em lojas de cosméticos e de empresas que fabricam esses produtos.

3.4. Fiscalização das escolas e cursos profissionalizantes. De modo geral, é observada uma baixa qualidade do corpo docente e de infraestrutura desses cursos, o que acarreta em uma formação profissional de má qualidade.

3.5. Criação de certificação oficial do Estado para que escolas e cursos profissionais possam atuar e ofertar certificações para seus estudantes.

### 4. Incentivo à formação e qualificação profissional

4.1. Criação de um curso técnico de Saúde e Estética na rede estadual de escolas técnicas de Pernambuco (ETE).

4.2. Incentivos para capacitação dos profissionais do setor em seus segmentos. É importante que a capacitação contemple os diferentes segmentos do setor em suas classes sociais e níveis de escolaridade dos profissionais orientando, sobretudo, acerca das cargas tributárias e gestão financeira dos seus negócios.

4.3. Certificação do profissional para a operacionalização do trabalho em seu segmento e fiscalização dos instrutores que atuam no setor. Devido aos produtos químicos e cuidados com a saúde, há ocorrências de acidentes com os clientes provocando não só mutilações como também afetando a autoestima dos mesmos.

4.4. Qualificação técnica e comportamental do profissional. O empresário enfrenta dificuldades para a contratação de mão de obra qualificada, disputando assim os mesmos profissionais com os demais empreendimentos, o que se torna um entrave para o setor.

## 5. Incentivos para sustentabilidade do setor

5.1. Criação de pontos de coleta para o descarte adequado dos materiais perfurocortantes. Podem ser bombonas colocadas em pontos conhecidos dos profissionais. Esse material seria posteriormente recolhido pela vigilância sanitária dos municípios e descartado de forma adequada.

5.2. Estímulo à criação de laboratórios/ salas de esterilização voltadas para a higienização de instrumentos utilizados por MEI e micro/ pequenos empresários do setor. Muitos profissionais não conseguem executar a esterilização adequada de seus instrumentos de trabalho, o que oferece graves riscos à saúde.

5.3. Criação de creches voltadas para filhos de mulheres profissionais do setor ou determinação de prioridade de matrícula nas creches municipais. A maior parte do segmento é composta por mulheres e mães (chefes de família) e o que se observa é que os filhos mais velhos terminam por assumir os cuidados com as crianças mais novas.

## LIDERANÇAS EMPRESARIAIS

### 1. Desburocratização na obtenção de licenças

1.1. O MEI paga o mesmo valor da taxa de bombeiro cobrada para um pequeno empresário. É preciso reduzir o valor da taxa para o MEI.

1.2. Tornar digital o processo de pedidos para licença e disponibilizar no site do Corpo de Bombeiros um canal específico para o MEI.

1.3. Melhorar os canais de comunicação do MEI com o Corpo de Bombeiros. O MEI tem sido tratado como microempresas e isso onera e burocratiza sua atuação.

1.4. Descentralização do serviço de atendimento do Corpo de Bombeiros e maior digitalização dos processos.

1.5. Regulamentar a inscrição imobiliária. Em caso de área pública ou rural não deve ser cobrada taxa do Corpo de Bombeiros, como acontece atualmente.

1.6. Fiscalizar junto aos órgãos de licenciamento ambiental como tem sido o atendimento aos MPEs a fim de simplificar os processos.

## 2. Simplificação de notas fiscais e tributos estaduais

2.1. Simplificar o processo para que o MEI possa emitir uma nota fiscal de venda estadual. Atualmente é preciso que o MEI contrate um contador e pague por um programa de nota fiscal. Utilizar o padrão da nota fiscal de serviço adotado nos municípios.

2.2. Simplificar a obtenção do certificado digital para o MEI.

2.3. Criar no site da Sefaz uma plataforma específica para o MEI, que seja mais simples e clara, permitindo que o MEI possa cumprir com suas tributações de forma mais autônoma e segura.

2.4. Criação de um canal de direto de comunicação entre o MEI e a Sefaz. Atualmente o diálogo é difícil e há divergências sobre as informações.

2.5. Fiscalizar a cobrança indevida do percentual do imposto de fronteira para o MEI, que hoje paga o imposto integral quando, por lei, deveria pagar apenas 5%.

2.6. Possibilidade do parcelamento do pagamento de impostos de fronteira e o de substituição tributária em até três vezes para o microempresário.

2.7. Simplificação do processo de emissão do Documento de Arrecadação para Pagamento de Impostos (DAE) relativo ao imposto de fronteira, atualmente só viabilizado por meio de um contador, gerando penalidades para o MEI em caso de descumprimento.

2.8. Verificar a possibilidade de isenção do imposto de fronteira para o MEI.

2.9. Orientar a Sefaz para que evite a atual prática de cobranças intimidatórias aos MEIs e MPEs a partir de dois dias de atraso do pagamento de seus impostos.

## 3. Incentivos econômicos para MEI e pequenos empresários

3.1. Estímulo para que a agência de fomento do Estado abra editais de subsídios para MEI.

3.2. Melhorar linhas de crédito para MEIs e MPEs.

3.3. Verificar junto aos bancos a qualidade do atendimento ao MEI e MPEs, uma vez que as queixas do setor são recorrentes em relação ao tratamento dispensado pelas agências bancárias à categoria.

## PARTICIPANTES

- ABA Innovation
- Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH PE)
- Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)
- Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP)
- Associação Brasileira de Usuários de Veículos (ABUV)
- Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI PE)
- Associação das Micro e Pequenas Empresas de Camaragibe
- Associação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- Associação de Hoteleiros da Ilha de Itamaracá
- Associação dos Industriais de Panificação de Pernambuco (AIPP)
- Associação das Micro e Pequenas Empresas de Igarassu
- Associação das Micro e Pequenas Empresas de Moreno
- Associação para o Desenvolvimento e Promoção do BIM no Estado de Pernambuco (ABIMPE)
- AUTOGÁS
- Câmara de Dirigentes Lojistas de São Lourenço da Mata
- Casa do Barbeiro
- Células Empreendedoras

- Conselho Regional de Educação Física (CREF PE)
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (CREA PE)
- Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO PE)
- Conselho Regional de Odontologia (CRO PE)
- Cooperativa dos Industriais de Panificação, Confeitaria e Produtos Similares do Estado de Pernambuco LTDA (COOPNCOSI)
- COPERGÁS
- Coquetel Molotov
- Cultive Soluções Culturais
- Departamento de Engenharia e Núcleo do BIM (UFPE)
- Empresários da Construção Civil
- Entidades da Panificação de Pernambuco (EPÃO)
- Fab Lab
- Federação de Empresas Juniores
- Feira Norte Nordeste de Beleza
- Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional
- Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
- Fundação Joaquim Nabuco
- Garoa Habitat
- Grupo de Pesquisa Design, Tecnologia e Cultura Universidade Federal de Pernambuco Laboratório O Imaginário
- Hospital Med
- Instituto Cesar Santos da Gastronomia Brasileira
- Instituto Federal de Pernambuco

- Manguezal Comunidade de Startups
- Maria dos Prazeres Produção de artesanato têxtil e varejo de marcas de moda autoral
- Microempreendedores individuais AMICRO de Itamaracá
- Núcleo Gestor do Porto Digital
- Oficina Center Reparação Automotiva
- Parqtel Parque Tecnológico de Eletro Eletrônicos
- Rafa Q Faz Produção de moda autoral
- Recife Convention
- Rede de Ecosystemas de Pernambuco REPE
- Rede Interiorana de Produção Artística
- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI PE)
- Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Estado de Pernambuco (SINDIPÃO)
- Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios (SINDIREPA)
- Sindicato de Donos de Salões
- Sindicato do Comércio de Autopeças do Estado de Pernambuco (Sincopeças)
- Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde e Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas do Estado de Pernambuco (SINDHOSPE)
- Universidade Católica de Pernambuco
- Universidade de Pernambuco
- Universidade Federal de Pernambuco

# ANEXO I

Os micro e pequenos negócios representam 99% do total de empresas no Brasil e são responsáveis por 54% dos empregos com carteira assinada no país, segundo levantamento do Sebrae relativo ao ano de 2020. Os pequenos empreendedores, portanto, têm um papel essencial a desempenhar na retomada do crescimento econômico, como apontam os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged): apenas no mês de fevereiro deste ano, as micro e pequenas empresas geraram mais de 275 mil vagas, quase 70% das novas vagas de emprego criadas no período.

É necessário, portanto, que os pequenos negócios - micro e pequenas empresas e agricultores familiares - sejam contemplados na agenda legislativa e na formulação de políticas públicas direcionadas a estimular a atividade produtiva. De modo a contribuir para isso, o presente anexo reúne de forma condensada as demandas apresentadas pelos representantes do setor nas reuniões do Projeto Fala Pernambuco, englobando tanto solicitações específicas (como incentivos fiscais e capacitação para micro empreendedores) quanto solicitações de caráter geral que têm impacto significativo sobre pequenos empresários e agricultores (como a melhoria na segurança pública em áreas rurais).

## DEMANDAS ESPECÍFICAS PARA PEQUENAS EMPRESAS, PRODUTORES E AGRICULTORES

### REGIÃO DO SERTÃO DO ARARIPE

- Implantar o Selo de Indicação Geográfica (SIG)
- Estratégia de segurança para coibir o constante aumento da criminalidade nas áreas periféricas da Região do Araripe, efetuando parceria tanto com o Governo Estadual como entre os municípios. Instalar sistema de monitoramento de câmeras de segurança nas principais vias das cidades e nas áreas de concentração de parques industriais.

### REGIÃO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

- Segurança para os centros comerciais das cidades do Sertão de São Francisco, com a alocação de recursos para implantação de sistema de videomonitoramento das principais ruas comerciais das cidades e oferta de melhores recursos para a repressão e investigação de crimes pelas forças policiais nas áreas comerciais.

- Transformação digital, com a realização de investimentos para preparar as empresas para a transformação digital, sanando a dificuldade de venda e compra *online*.
- Criação de HUB como espaço colaborativo para as empresas da região, através da concessão de incentivos fiscais.
- Incentivar a criação de projetos que busquem identificar as oportunidades do mercado regional, contribuindo para o surgimento de novos negócios e com foco no desenvolvimento dos jovens da região para o despertar do empreendedorismo.
- Criação de um “Expresso Empresário” que ampare o empresário em todos os trâmites legais para a implantação de empresas na região.
- Criação de programas específicos para o fomento às pequenas indústrias da região do Sertão do São Francisco.
- Incentivos fiscais para o crescimento da agroindústria do Sertão do São Francisco.

## REGIÃO DOS SERTÕES

### DO MOXOTÓ - PAJEÚ - CENTRAL - ITAPARICA

- Garantir a continuidade da legislação de incentivo à produção de tilápia *in natura* para a venda do pescado fora do estado, que representa 70% de toda a produção dos piscicultores da região.
- Criação de lei para equivalência do Selo de Inspeção Municipal (SIM), permitindo que uma vez adquirido, seja possibilitada a comercialização, por cooperativa, de produtos de equivalência animal (aves, caprinos, ovinos, gado de leite e suínos) dentro do Estado de Pernambuco.
- Articular junto à Adagro uma maior abrangência do Selo de Inspeção Estadual (SIE) para que sejam incluídos produtos vegetais como, por exemplo, água de coco, cachaça artesanal, polpas de frutas, sucos, doces e bolos. O registro desses produtos encontra dificuldade no Ministério da Agricultura devido à burocratização.
- Criação da lei de abate de caprinos e ovinos de Pernambuco para acabar com os abates clandestinos e garantir maior controle na qualidade do produto. Esta demanda já está em estudo na Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos de Pernambuco. Tal lei também deve servir como base para a criação da lei de abate de aves.

- Articular com a Conab a ampliação da quantidade de depósitos de armazenagem de produtos agrícolas, ou que sejam firmados convênios com prefeituras da região para criação de depósitos municipais ou regionais.
- Articular com o governo estadual a isenção das taxas de outorga d'água cobradas pela Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apac) na perfuração de poços d'água para a produção da agricultura familiar.
- Reduzir impostos de fronteira que prejudicam a compra e venda de produtos de outros estados, elevando o valor final de venda de nossos empreendedores que não conseguem competir com o valor final praticado pelos empreendedores dos outros estados.
- Articular a desburocratização para dar maior agilidade de acesso aos serviços da Junta Comercial de Pernambuco (Jucepe), minimizando as dificuldades encontradas nos processos de abertura, alteração e baixa das empresas.
- Articular a implantação de unidades da Central de Oportunidade de Pernambuco (Cope) em toda a região dos sertões do Moxotó, Itaparica, Pajeú e Central, reunindo num só lugar os serviços da Agência do Trabalho, do Expresso Empreendedor, da Jucepe e da Agência de Empreendedorismo (AGE).

## REGIÃO DO AGRESTE CENTRAL

- Articular o aumento do prazo dos atestados de regularidade do Corpo de Bombeiros para três anos. Cobrar agilidade na prestação dos serviços de vistoria e isentar lojas individuais que fazem parte de centros de compras da obrigatoriedade de atestado de regularidade.
- Buscar alternativas para reduzir a informalidade dos pequenos produtores da confecção para que estes tenham acesso aos benefícios decorrentes da formalização.
- Articular a redução dos tributos referentes à importação de produtos. O aumento na cobrança de impostos de fronteira tem dificultado a entrada de produtos no Estado. Dessa forma, a pauta fiscal torna incompatível o valor do produto no mercado.
- Estimular programas de incentivo ao empreendedorismo.
- Garantir recursos para assistência técnica direcionada ao acompanhamento dos pequenos agricultores produtores de palma e abacaxi da região.

- Garantir investimentos para a aquisição de equipamentos a serem distribuídos aos municípios da região como forma de apoio aos pequenos agricultores.
- Garantir incentivos aos agricultores familiares para implantação de projetos de agroecologia que trabalhem de forma integrada com diversas cadeias produtivas e busquem o respeito à sustentabilidade do meio ambiente.
- Criar incentivos para produtores de leite da região por meio de alternativas que os auxiliem no armazenamento, além da sensibilização para formação de cooperativas, viabilizando a aquisição de insumos para a produção e capacitação para introdução de novas técnicas a fim de gerar alternativas para eliminar os atravessadores.
- Articular a implantação de agências bancárias em cidades de menor porte. A ausência desses estabelecimentos financeiros gera a fuga de recursos dos municípios e grande prejuízo ao comércio, criando uma cultura de consumo da população local em municípios maiores da região.
- Articular junto às instituições financeiras alternativas para diminuir o excesso de burocracia para os empreendedores no acesso ao crédito, visando reduzir as dificuldades financeiras causadas por endividamento no período de pandemia do Covid-19.
- Buscar alternativas para diminuir a informalidade no exercício das atividades em geral.
- Destinar linhas de crédito acessíveis aos pequenos produtores e criadores da Agricultura Familiar, fomentando a produção de alimentos e a geração de emprego e renda da população.

## REGIÃO DO AGRESTE SETENTRIONAL

- Revisão dos códigos municipais tributários, que penalizam os microempreendedores individuais (MEI) que pagam IPTU comercial mais alto, pois a legislação tributária não foi atualizada.
- Revisão das altas cargas tributárias que incidem sobre as empresas e que entram o crescimento.
- Desburocratizar a abertura de novos empreendimentos no Agreste Setentrional.
- Articular com os órgãos responsáveis maior apoio para o fornecimento de licenças ambientais para os pequenos agricultores da região.

- Maior efetividade da segurança pública nas cidades que fazem parte do Polo de Confecção, principalmente nos dias de feira para resolver o problema dos constantes assaltos nas estradas de acesso.
- Articular apoio aos empresários do setor de confecção para o desenvolvimento de projetos de exportação para a confecção.
- Aumentar linhas de crédito para os pequenos produtores da indústria de confecção.
- Articular junto aos Correios a melhor prestação de serviços aos usuários das cidades do Agreste Setentrional.
- Articular o aumento do prazo dos atestados de regularidade do Corpo de Bombeiros, cobrar agilidade na prestação dos serviços de vistoria e isentar da obrigatoriedade de atestado de regularidade ss lojas individuais que fazem parte de centros de compras.
- Articular a abertura de agências bancárias para diminuir os impactos de fuga de recursos financeiros dos municípios menores.

## REGIÃO DO AGRESTE MERIDIONAL

- Buscar alternativas para reduzir a informalidade dos pequenos produtores da confecção para que estes tenham acesso aos benefícios da formalização, bem como dos serviços de gastronomia e hotelaria. A lista de sugestão dos empresários também incluiu a redução das taxas de juros, de impostos e da burocracia.
- Articular a criação de linhas de crédito e a desburocratização do acesso para os pequenos negócios, especialmente àqueles com dificuldades financeiras ocasionadas pela queda do faturamento devido à pandemia do Coronavírus. Com a pandemia, muitos empresários relataram dificuldade de acesso ao crédito.
- Articular junto às instituições financeiras a facilitação às informações sobre o acesso ao crédito, além de solicitar o apoio para agilizar os processos burocráticos das linhas de crédito disponíveis no mercado para os pequenos produtores rurais.
- Buscar junto às instituições financeiras linhas de crédito específicas para as pequenas queijarias da Região Agreste Meridional.

- Articular junto à Celpe a redução de taxas para adaptação de energia trifásica para as pequenas propriedades rurais. Mesmo o maior consumidor de energia da região, não consegue instalar energia trifásica porque não há interlocução com a Celpe.
- Apoiar a reestruturação do Itep para a continuação da análise do queijo e articular a retomada do convênio com o Governo do Estado de Pernambuco para atendimento gratuito à agricultura familiar.
- Articular a garantia de recursos para a reativação do laboratório da UFRPE para análise do leite – CCS e CBT, parâmetros que garantem a qualidade do leite e requisito para aquisição do Selo Arte para comercialização do queijo em todo país.
- Articular junto aos órgãos de extensão rural do Estado, o provimento obrigatório de Responsável Técnico (RT), para agroindústria de pequeno porte com até 250m<sup>2</sup> de área. Os pequenos produtores não têm condições de contratar essa assistência técnica.
- Aumentar o policiamento das estradas, coibindo os assaltos e garantindo maior segurança para o transporte de cargas nas estradas da região. Os produtores da região consideram a segurança muito falha.
- Promover o turismo com o objetivo de aumentar o fluxo turístico e diminuir a sazonalidade da atividade, aumentando o tempo de permanência do turista na região. O setor do turismo foi um dos que mais sofreu com a pandemia. A hotelaria ficou fechada e os restaurantes tiveram que trabalhar apenas com o *delivery*.
- Apoiar novos investidores com projetos de instalação de novos empreendimentos turísticos para a região.

## REGIÃO DA MATA SUL

- Programa de incentivo para apoio na regularização dos produtores por meio da atualização da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAPs).
- O êxodo rural vem crescendo assustadoramente por falta do olhar criterioso dos governantes para a agricultura familiar, sobretudo pela falta de um lugar que faça o escoamento dos produtos na localidade.

- Verificação do aumento das taxas de romaneio na Ceasa, uma vez que os produtores se queixam dos valores abusivos cobrados para permanecerem no pátio da feira.
- Programa de capacitação para os lojistas da região em parceria com o Sebrae.
- Atração de investimentos para a área industrial da Mata Sul, por meio de campanhas de divulgação dos benefícios fiscais em larga escala em todos os canais de comunicação.
- Programas de créditos para os empresários da Mata Sul, através da Agefepe e AD Dipper.
- Revisão ou eliminação do imposto de fronteira para os municípios que se enquadram nesse perfil e têm desvantagem de ofertas dos seus produtos, pois pagam 6% a mais de impostos.
- Revisão e alternativas melhores de tributação em todas as esferas para o setor de comércio indústria e serviço. A carga tributária se constitui num enorme gargalo para o setor na região.
- Aporte de crédito para fomentar novos negócios, principalmente com os microempreendedores para geração de emprego e renda.
- Estudar a viabilidade de organização dos *flats*, tendo em vista o aumento expressivo desses empreendimentos, que, em curto prazo, poderão desestruturar toda a rede hoteleira, tendo em vista que não seguem as mesmas regras dos hotéis e pousadas, pois não pagam impostos, não cumprem protocolos e não empregam a população local na atividade.
- Apoio à formalização do artesão através de MEI ou do registro do artesão para contribuição previdenciária e garantia de uma aposentadoria no futuro.
- Acesso ao crédito para os empreendedores através dos bancos públicos, Agefepe e Pronampe, possibilitando autonomia e sustentação dos negócios frente à crise econômica e pandêmica.
- Atração de rede bancária para Tamandaré, a região não dispõe de bancos para atender o empreendedor e o público em geral.
- Apoio para auxiliar o empreendedor com flexibilização ou programas de refinanciamento de dívidas e impostos na esfera estadual, a exemplo do Refis.
- Apoio para auxiliar o empreendedor a regularizar as certidões estaduais e assim ficar apto a participar de licitações e estar com a documentação ativa para retornar às atividades e movimentar a cadeia produtiva.

## REGIÃO DA MATA NORTE

- Investimentos para fortalecimento do IPA, órgão fundamental para assistência contínua do produtor.
- Investimentos para parcerias com o Sebrae na Mata Norte. Os municípios de Aliança, Goiana, Paudalho e Itaquitinga trabalham com a agricultura familiar em capacitação e formação.
- Multiplicação de projetos exitosos desenvolvidos pelo Sebrae e pelo Serta, a exemplo do “Semeando a Agroecologia”, que beneficia até 350 famílias.
- Apoio para a organização das associações de agricultores em seus estatutos, planos de negócios, cadastro, atualização e regularização da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP).
- Legislação que apoie o pequeno produtor na comercialização dos produtos da agricultura familiar, com o olhar diferenciado e peculiar dessas produções artesanais, a exemplo do beneficiamento dos doces.
- Diminuição de burocracia de financiamento de pequenas posses das propriedades da agricultura familiar.
- Incentivo e legislação para a agroindústria dos pequenos agricultores. Faltam equipamentos para beneficiamento dos produtos.
- Instalação de um frigorífico para a agricultura familiar na Mata Norte.
- Inclusão do agricultor nas linhas de crédito do Estado, uma vez que o Pronampe contempla MEI, EPP e ME, mas não inclui o setor agropecuário.
- Programa de apoio ao pequeno produtor de gestão e acompanhamento das suas propriedades, com o controle da produtividade e fortalecimento de parcerias para produção e escoamento.
- Revisão da carga tributária estadual, parcelamento das dívidas e acesso facilitado ao crédito para incrementar os negócios, sobretudo os dos pequenos empresários que enfrentam as dificuldades econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.
- Isenção do imposto de substituição tributária, cobrado antes da saída mercadoria da fábrica.
- Prorrogar o prazo para o pagamento do ICMS de fronteira, na maioria dos casos o lojista paga o imposto antes mesmo de vender a mercadoria.

- Solicitação de programa de regularização da situação fiscal do setor com a possibilidade real de pagamento e a eliminação de juros e multas diante da situação de crise econômica e pandêmica que se encontra o setor.
- Revisão dos encargos estaduais sobre o frete, para assim dar fôlego e aquecer o setor.
- Diálogo entre a Alepe e a esfera federal para negociação do Refis para o setor, com condições que permitam o pagamento pelo empreendedor de suas dívidas e a sua regularização fiscal e tributária.

## REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

- Incentivos financeiros para MEI e empresas que já atuam no Setor de Inovação
  - o Melhorias nas ofertas de crédito.
  - o Oferecimento de subsídios para regularização e investimentos.
  - o Possibilidades de negociação de dívidas: maiores prazos, descontos/ isenção de juros e multas.
  - o Incentivos às capacitações dos profissionais para atuarem como Microempreendedores Individuais (MEI) ou Microempresários.
- Desburocratização de processos de licenciamento ambiental e alvará de funcionamento e do Corpo dos bombeiros.
  - o Adequar processos de obtenção de alvarás e licenciamento ambiental para a realidade de empreendimentos de pequeno e médio porte.
  - o Revisar os critérios usados para mensurar o porte das empresas ou a criação de um benefício compensatório para os empreendimentos de pequeno porte que se adequem às exigências.
  - o Modernizar as leis e processos para obtenção e renovação do licenciamento ambiental.
- Incentivos fiscais para as MPEs do Setor Automotivo e Logística
  - o Normativa que evite a retenção de mercadorias na fronteira devido a diferenças irrisórias de imposto antecipado.

o Criar condições para que seja possível concorrer, de forma justa, com o *e-commerce*. A venda por internet beneficia o consumidor final, mas, em contrapartida, prejudica o Estado, pois o diferencial de alíquota de fronteira não é pago, nem é gerado emprego e renda.

o Revisar os cálculos do imposto antecipado para compras fora do Estado. Ex: os empresários pagam um imposto antecipado calculado em cima do lucro estimado pelo governo. É preciso rever o cálculo da Margem de Valor Agregado (MVA) para que possa refletir a realidade dos custos atuais.

o Oferecer alternativas para regularização de dívidas. Os programas e incentivos subsidiados pelos governos federal e estadual contribuíram para que o cenário não fosse mais grave em 2020. Em 2021, o setor ainda enfrenta dificuldades de recuperação e os prazos para pagamentos das dívidas não foram prorrogados.

o Incentivo fiscal para proprietários de veículos a gás, tendo em vista a necessidade de estimular o uso de combustíveis alternativos ao petróleo por serem economicamente viáveis e menos poluentes, como é o caso do gás GNV.

o Acesso ao crédito mais facilitado para o segmento.

- Incentivos fiscais e melhorias para as MPEs do Setor de Alimentos e Bebidas

o Limite do Simples Estadual - Equiparação do sublimite do simples estadual com o federal, de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões.

o Refis do ICMS Estadual referente ao período do início da pandemia até a presente data.

o Aumento da validade de um ano para dois anos das certidões estaduais, tais como: Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros.

- Incentivos financeiros para a retomada das atividades no Setor de Turismo

o Ofertas com alternativas para negociação das dívidas, tais como isenção de juros e multas, concessão de novos prazos para pagamento, melhorias da linha de crédito e empréstimos a juros baixos.

o Subsídios para os empreendimentos investirem na melhoria de sua infraestrutura e terem capital de giro para a retomada.

- Incentivos fiscais para o crescimento do Setor de Saúde

o Incentivo fiscal para a aquisição de equipamentos de academia de ginástica e similares. Pode ser feito a partir de descontos ou reajustes no Diferencial de Alíquota (DIFA).

o Incentivos fiscais para que indústrias do setor possam se instalar no Estado.

o Incentivos fiscais para a compra de insumos do setor, tanto para materiais de consumo rápido, como para a aquisição de materiais cirúrgicos, tais como *stents*, entre outros.

o Revisão das normas para obtenção das certificações. O processo atual é bastante complexo e oneroso ao empresário. É preciso simplificar etapas e rever exigências de documentos físicos para formatos virtuais.

o Normativas que orientem o envio de documentos e o atendimento de forma digital.

o Aumentar o prazo do atestado de regularidade do Corpo de Bombeiros de 1 para 2 anos, condicionada à obrigatoriedade de renovação dos extintores.

o Investimento na criação de uma plataforma digital que permita acesso facilitado às informações para as MPEs, semelhante à plataforma existente para o MEI. As informações são difusas e pouco claras para o pequeno empresário.

o Criação de um expresso empresário, local que centralizasse serviços e processos que o empresariado precisa para regularizar sua situação e obter informações.

o Maior diálogo e entendimento acerca das emendas parlamentares destinadas à saúde, ara que empresários do setor possam participar e equipamentos e serviços, frutos dessas verbas, possam beneficiar os municípios.

- Incentivos fiscais para a retomada das atividades no Setor da Economia Criativa

o Estimular um novo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)/Refis para que empresas do setor possam regularizar sua situação fiscal.

o Normativa que oriente os fiscais da receita acerca do pagamento do Imposto de Fronteira dos produtos adquiridos pelo MEI. Na legislação a orientação é que o MEI pague um imposto de 5% em suas mercadorias, mas na prática a cobrança tem sido de 11% e é preciso recorrer posteriormente para obter o valor de volta.

o Normativa que melhor oriente a questão da isenção fiscal para o artesão, pois falta clareza e consenso entre os fiscais da receita ao avaliarem tributos relacionados ao artesanato.

o Normativas específicas para a tributação a depender do porte da empresa. Mostra-se confusa a questão tributária principalmente para os pequenos empresários, sendo preciso simplificar e unificar as alíquotas pagas.

o Incentivar o financiamento e linhas de créditos a juros baixos para os microempresários do setor.

o Revisão da pauta tributária para estabelecimentos que comercializam artesanato e não estão instalados no Centro de Artesanato do Estado, onde os artesãos desfrutam de benefícios fiscais.

o Isenção de impostos para manifestações culturais como maracatu, tendo em vista o papel social que exercem nas suas comunidades.

o Revisão da carga tributária para os condomínios criativos, a exemplo do Edifício Pernambuco. Tal configuração reverbera nos territórios, gerando novos valores, dinâmicas e dimensões econômicas/produtivas.

o Incentivos às capacitações dos profissionais para atuarem como MEI ou MPes. É importante que a capacitação contemple os diferentes segmentos do setor e níveis escolares desses profissionais, orientando-os acerca das cargas tributárias e gestão dos seus negócios.

#### • Organização do Setor da Beleza

o Audiência pública com a Alepe para escuta ativa das demandas do setor.

o Estímulo à criação de laboratórios / salas de esterilização voltadas para higienização de instrumentos utilizados por MEI e micro/pequenos empresários do setor. Muitos profissionais não conseguem executar a esterilização adequada de seus instrumentos de trabalho, o que oferece graves riscos à saúde.

o Capacitação dos fiscais das prefeituras acerca da legislação do Salão Parceiro. Existe um desconhecimento da legislação que leva a cobranças indevidas e dificuldade do empreendedor responsável em inserir as informações nas notas fiscais, dificultando o cumprimento da Lei do Salão Parceiro.

o Desenvolvimento de um sistema de emissão de notas fiscais semelhante ao encontrado no setor de construção civil disponibilizado pela prefeitura, que auxilie o profissional do segmento de beleza para a emissão de nota fiscal eletrônica e conseqüentemente a especificação da cota parte de cada profissional parceiro do salão.

o Revisão da questão da tributação, pois alguns produtos têm sua taxa de alíquota elevada, no entanto, não há mudanças das alíquotas de IPI pelo Estado, todos apresentam o mesmo percentual.

o Criação de certificação oficial do Estado para que escolas e cursos profissionais possam atuar e ofertar certificações para seus estudantes.

o Criação de um curso técnico de Saúde e Estética para a rede estadual de escolas técnicas de Pernambuco (ETE).

- Setor Lideranças Empresariais

o O MEI tem pago o mesmo valor da taxa de bombeiro cobrada para um pequeno empresário. É preciso reduzir o valor da taxa para o MEI.

o Tornar digital o processo de pedidos para licença e disponibilizar no *site* do Corpo de Bombeiros um canal específico para o MEI.

o Melhorar os canais de comunicação do MEI com o Corpo de Bombeiros. O MEI tem sido tratado como microempresa e isso onera e burocratiza sua atuação.

o Descentralização do serviço de atendimento do Corpo de Bombeiros e maior digitalização dos processos.

o Regulamentar a inscrição imobiliária. Em caso de área pública ou rural não deve ser cobrada taxa do Corpo de Bombeiros, como acontece atualmente.

o Fiscalizar junto aos órgãos de licenciamento ambiental como tem sido o atendimento as MPEs com vistas à simplificação de processos.

o Simplificar o processo para que o MEI possa emitir uma nota fiscal de venda estadual. Atualmente é preciso que o MEI contrate um contador e pague por um programa de nota fiscal. Utilizar o padrão da nota fiscal de serviço adotada nos municípios.

o Simplificar para o MEI a obtenção do certificado digital.

o Criar no site da Sefaz uma plataforma específica para MEI, que seja mais simples e clara, permitindo que o MEI possa cumprir com suas tributações de forma mais autônoma e segura.

o Criação de um canal de direto de comunicação entre o MEI e a Sefaz. Atualmente o diálogo é difícil e há muitas divergências em termos de informação.

o Fiscalizar cobrança indevida do percentual do imposto de fronteira para MEI. O MEI tem pago o imposto integral quando, por lei, deveria pagar apenas 5%.

o Possibilidade do parcelamento do pagamento de impostos de fronteira e o de substituição tributária em até 3 vezes para o microempresário.

o Simplificação do processo de emissão do Documento de Arrecadação para Pagamento de Impostos (DAE) relativo ao imposto de fronteira, atualmente só viabilizado por meio de um contador, gerando penalidades para o MEI em caso de descumprimento.

o Verificar a possibilidade de isenção do imposto de fronteira para o MEI.

o Orientar a Sefaz para que evite a prática de cobranças intimidatórias que vem sendo feita aos MEI e MPEs a partir de 2 dias de atraso do pagamento de seus impostos.

o Estímulo para que a agência de fomento do Estado abra editais de subsídios para MEI.

o Melhorar linhas de crédito para MEI e MPEs.

o Verificar junto aos bancos como está sendo feito o atendimento ao MEI e MPEs, uma vez que as queixas do setor são muitas quanto ao tratamento dispensado pelas agências bancárias à categoria.



# ALEPE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO

*A Casa de Todos os Pernambucanos*